



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Acta n.º 264** -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro de dois mil e nove, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia Senhor José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, e secretariada pela Primeira Secretária Senhora Lígia Filipe Seabra e pelo Segundo Secretário Senhor João Paulo Teixeira Branco, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um: "Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)"; -----

----- Ponto dois: "Apresentação, discussão e votação do pedido de autorização de contratação de um empréstimo a longo prazo, proposto pela Câmara Municipal, para financiamento dos investimentos "Velódromo Nacional de Sangalhos – Centro de Alto Rendimento – Anadia" e "Centro Escolar de Anadia", de acordo com o estabelecido na alínea d) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA". -----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas quinze horas e trinta minutos. -----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM): -----

- • José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro – GM do PSD; -----
- • Fernando Moraes da Silva – GM do PSD; -----
- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS; -----
- • Carlos Alberto de Almeida Gonçalves – GM do PSD; -----
- • Lígia Filipe Seabra – GM do PSD; -----
- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – GM do PS; -----
- • António Augusto da Conceição Pereira da Silva – GM do PSD; -----
- • José Veloso Bernardino Gonçalves – GM do PSD; -----
- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PSD; -----
- • João Paulo Teixeira Branco – GM do PSD; -----
- • Áurea de Oliveira Mendes – GM do PS; -----
- • António Manuel Gomes Rosmaninho da Fonseca – GM do PSD; -----
- • Acácio da Conceição Maças – GM do PS; -----
- • João Alves Moraes – GM da CDU; -----
- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PSD; -----
- • António Manuel da Costa Faria Cavadas – GM do CDS-PP; -----
- • Anabela de Seabra Santos – GM do PSD; -----
- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS; -----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PSD. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM: -----

- • Vítor Manuel da Piedade Timóteo – GM do PSD – PJF de Aguim; -----
- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PSD - PJF da Amoreira da Gândara; -----
- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PSD – PJF de Ancas; -----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PSD - PJF de Arcos; -----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PSD – PJF de Avelãs de Caminho; -----
- • Armando Henriques Pereira – GM do PSD – PJF de Avelãs de Cima; -----
- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores; -----
- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PSD – PJF da Moita; -----
- • Henrique Manuel Lameirinhos Almeida Rodrigues – GM do PSD – PJF de Óis do Bairro; -----
- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PSD – PJF de Paredes do Bairro; -----
- • Sérgio Soares Aidos – GM do PSD – PJF de Sangalhos; -----
- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PSD – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PSD – PJF de Tamengos; -----
- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros; -----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PSD – PJF de Vilarinho do Bairro. -----

----- Não compareceu à sessão e não solicitou a sua substituição o Senhor Deputado, do indicado GM: -----

- • Álvaro Gonçalves Marques Pereira – GM do PS. -----

----- Não compareceu à sessão mas solicitou a sua substituição, nos termos do art.º 11.º do RAMA, aceite pela Mesa da Assembleia, a seguinte Senhora Deputada, do indicado GM: -----

- • Jaquelina Soares dos Santos – GM do PSD – substituída por Jennifer Nunes Pereira. -----

----- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros: -----

- • Litério Augusto Marques – PSD – Presidente; -----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PSD - Vereadora e Vice-Presidente; -----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador; -----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PSD – Vereador; -----
- • Jorge António Tavares de São José – PSD – Vereador; -----
- • Rui António de Almeida Marinha – PS – Vereador. -----

----- Do executivo camarário não compareceu à sessão o seguinte membro: -----

- • Aníbal José Franco Ferreira – PSD - Vereador. -----

----- Iniciada a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu nota de um pedido de uma substituição, apresentado pela Senhora Deputada Jaquelina Soares dos Santos (PSD), ao abrigo do artigo 11.º do RAMA, que na impossibilidade de estar presente, se fez substituir pela Senhora Jennifer Nunes Pereira. -----

----- De seguida, passou à tomada de posse e instalação de dois membros para o Conselho Municipal de Segurança, a saber, os cidadãos João José Dias Coimbra e Dário Manuel Farinha Tavares, procedimento que foi encetado ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 34.º do RAMA.



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Para o efeito, solicitou à Primeira Secretária que procedesse à leitura do auto de instalação, o que aconteceu e que se passa a transcrever: *"Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e nove, nesta cidade de Anadia e no edifício dos Paços do Município, compareceram perante José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, Presidente da Assembleia Municipal de Anadia, para tomarem posse de membros do Conselho Municipal de Segurança, nos termos do artigo 9.º, da Lei nº 33/98, de 18 de Julho, os cidadãos João José Dias Coimbra e Dário Manuel Farinha Tavares, designados pela Assembleia Municipal de Anadia na sessão ordinária realizada no passado dia vinte e oito de Dezembro. Verificada a conformidade formal do processo, com a identidade dos presentes, e para constar, se lavrou a presente acta, que eu, Lígia Filipe Seabra, Secretária da Assembleia Municipal, subscrevi, redigi, e vai ser assinada por todos os presentes."* -----

----- Concluída a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a presença dos dois novos membros junto da Mesa para formalizar a tomada de posse. Decorrido o acto, desejou, em nome da Assembleia, as maiores felicidades para o desempenho das funções que acabavam de lhes ser empossadas, para que possam contribuir, com massa crítica, para o bom desempenho do Conselho Municipal de Segurança. -----

----- De seguida, passou ao momento seguinte do período de antes da ordem do dia, a discussão das actas, tendo começado pela acta número duzentos e sessenta e um, da sessão extraordinária de catorze de Novembro de dois mil e oito. Não tendo havido lugar a qualquer intervenção por parte dos Senhores Deputados, passou, de imediato, à sua votação, finda a qual, anunciou que a acta número duzentos e sessenta e um foi aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor, duas abstenções e zero votos contra. -----

----- Discutida a acta número duzentos e sessenta e um, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à discussão da acta número duzentos e sessenta e dois, da sessão ordinária de vinte e nove de Dezembro de dois mil e oito, que não suscitou intervenções por parte dos Senhores Deputados, tendo sido prontamente votada e aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor, três abstenções e zero votos contra. -----

----- Seguidamente, passou à discussão da acta número duzentos e sessenta e três, da sessão extraordinária de seis de Fevereiro de dois mil e nove, que igualmente não suscitou intervenções por parte dos Senhores Deputados, a qual foi logo votada, resultando dessa votação a sua aprovação por maioria, com vinte e sete votos a favor, duas abstenções e zero votos contra. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de intervenções do período de antes da ordem do dia (PAOD), tendo concedido a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), que concluiu a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: *"Boa tarde Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Presidentes de Junta, comunicação social, público em geral. Eu pretendia um esclarecimento sobre a viela do rio. Senhor Presidente, foi cobrado, no dia doze de dois de dois mil e nove, pagamento de ramal de saneamento cento e oitenta e*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*quatro euros e cinquenta centavos. Nem condutas tem. Como é que podem cobrar a um contribuinte o saneamento se não tem uma caixa para fazer a ligação. Muito Obrigado."-----
----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), o qual completou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: "Boa tarde ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores membros da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores representantes da comunicação social, público em geral, as minhas saudações. Eu queria fazer um comentário sobre algumas evoluções da nossa política local que justificam alguma reflexão. Por exemplo, pela leitura dos jornais, ficámos a saber que o Governo, a respeito do PDM, informou que o atraso do PDM, já aqui tantas vezes comentado, que já vai para dez, onze anos, afinal é culpa da Câmara. Mas que grande novidade! Isso, é aquilo que o PS tem andado a dizer nestes anos. Por várias vezes eu fiz aqui intervenções, eu e os meus colegas, a não alinhar na encenação de que a culpa era do Governo, na encenação da Câmara Municipal de enjeitar as suas responsabilidades neste processo. Mas, por falar em sacudir responsabilidades, àqueles que, não sei se pertencem ou não à maioria do PSD, que pretendem, agora, apenas limitar as responsabilidades ao Presidente da Câmara, eu quero lembrar, que a nossa memória não é curta e que temos visto, e que vimos nestes anos, que sempre apoiaram o Presidente da Câmara nesta questão do PDM e que fizeram interpelações ao Governo como se o Governo fosse culpado do que, afinal, verificamos que não é verdade. Uma entrevista do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos, que está aqui mesmo à minha beira, suscita-me, também, uma observação, curiosa. É uma entrevista interessante, na qual eu detecto críticas, nomeadamente ao saneamento, à Zona Industrial, que não está em condições, às obras inacabadas, e mais uma série de críticas. E eu quero felicitar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia por, afinal, reconhecer que o PS tem razão, porque estas são críticas explícitas que nós temos andado, repetidamente, a denunciar aqui, nesta Assembleia, bem como nos jornais. Portanto, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos, bem-vindo à oposição, e até lhe recomendo que estude as nossas declarações aqui na Assembleia Municipal, as actas, que estude os artigos que também fizemos nos jornais, porque se pretende fazer oposição à Câmara, a esta maioria PSD, encontrará, nessas nossas declarações e artigos, matéria para se entreter durante os próximos meses, com certeza. Há-de-lhe ser útil. Mas uma coisa o Senhor tem que fazer, o Senhor, e outros que se querem demarcar da maioria do PSD, reconheçam que o PS tem razão. E tem tido razão. Pode bater com a sua mão no peito, fazer um acto de contrição, pelo silêncio, ou pelo apoio que desde sempre manifestou à Câmara e que, afinal, se verifica agora, pela sua entrevista, que não é verdade. Eu penso que para arrependimentos, agora, é tarde. Não sacudam as vossas responsabilidades, porque, até agora, não fizeram outra coisa, senão apoiar, digamos, esta política errada, como nós sempre dissemos, esta política errada em situações explícitas que o Senhor agora também concorda que afinal eram críticas justas, aquelas que nós fizemos. É esta, sobretudo, a declaração que eu quero fazer. Lamentar que o partido que tem sustentado a maioria da Câmara Municipal de*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anadia esteja dividido desta maneira. O PSD dividido não é solução para o concelho de Anadia. Confirma-se aquilo que também temos dito, e que não tarda muito que dêem razão, é que a maioria do PSD está esgotada no concelho de Anadia e que a alternativa é o PS. Muito Obrigado." -----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às intervenções anteriores, resposta que se tenta transcrever na íntegra: "Senhor Presidente da Assembleia, restante Mesa, Senhores Vereadores, caríssimos Deputados. Na verdade, vou responder, ou por outra, vou tentar esclarecer a minha actuação na Câmara de Anadia, no Município de Anadia, e, naturalmente, nesta Assembleia, mas de uma forma bastante genérica. Não sou homem de criar qualquer tipo de polémicas, nem nunca alinharei com elas. Mas quero, à partida, dizer ao Partido Socialista que as pessoas precisam dialogar. E no PSD faz-se isso. Dialoga-se. Podemos, no diálogo, podemos não estar sempre de acordo, mas dialogamos. E é isso que nós temos vindo a fazer. E vamos fazê-lo permanentemente, para que o PS, com estes aproveitamentos que me diz, de última hora, e que o concelho que perde. Perde, sim Senhor, se o PSD perder. Mas o PSD não perde. Não perde, porque também o PS veio chamando a atenção destas coisas, como diz, mas também como disse, veio dando sempre apoio no que fosse necessário, nomeadamente na elaboração do PDM ao Presidente da Câmara. Portanto, também vós, só agora acordastes para uma razão que não é razão, porque também vem tarde, como assim diz. Mas voltaremos a tratar disto. Quero falar ao Senhor Deputado, Dr. Cavadas, que tem uma explicação. Na verdade, muitas vezes nós pedimos para vir pagar a ligação do saneamento e o indivíduo, o munícipe que pede a ligação, tem de pagar o ramal, o resto não tem de pagar. E é quando, exactamente, lhe vamos fazer o ramal, é que lhe fazemos a extensão da rede. Peça o ramal, que nós, logo que peça o ramal e haja disponibilidade, em termos de execução da parte da Câmara, neste caso, dos Serviços Municipalizados, iremos lá resolver-lhe o problema. Aparece o ramal e aparece a rede principal. Portanto, o homem fez muito bem e, se calhar, até terei sido eu, uma das pessoas a indicar-lhe que fizesse assim. Tem solução. Não se preocupe. Não interessaria muito a rede se não houvesse o ramal. Também não interessa o ramal se não houver a rede. Não está a ver a Câmara a cobrar um ramal, para, depois, ter um ramal cobrado e vir aí os homens, e ainda bem, da comunicação social, que estão normalmente atentos, e fez-se o ramal, pagou o ramal e agora não tem onde o ligar. A Câmara não anda a brincar com essas coisas. A Câmara gosta de esclarecer. Há pequenos troços de rede que só se justificam quando o munícipe solicita, naturalmente, a ligação do ramal. Não estou a ver qual é, mas será, provavelmente, um caso desses. Se não for, é claro, a Câmara terá projectado, com certeza, a execução completa, de forma a ligar o munícipe à rede de saneamento. Agora, eu quero responder para serenar um pouco os ânimos. Senhor Doutor. O Senhor que expôs aqui nesta Assembleia através de um jornal, não foi? Senhor Doutor, esqueça uma coisa. Ao Presidente da Câmara, e àqueles que, naturalmente, foram visados, cada um age como entender. O Presidente da Câmara agirá, dizendo, exactamente, aos jornais



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aquilo que pensa, porque os outros também disseram. E, depois, o Senhor terá com certeza aqui, neste local, outro discurso. Eu, Presidente da Câmara, não ando aqui empurrado por notícias dos jornais. O Senhor vai ouvir a resposta. Quando o Senhor vê nos jornais, que eu também vi, que a Câmara é responsável, dar-lhe-ei com certeza, conhecimento, também através dos jornais, porque eu prezo, realmente, essa boa ligação com a comunicação social, daquilo em que o Presidente da Câmara nunca teve culpa, nem terá, porque não passa, com certeza, pela cabeça de uma pessoa, e desculpem o termo, bem formada, ou sem outra intenção, que não seja, naturalmente, colaborar no interesse deste Município, de dizer que o Presidente da Câmara é o responsável pelo não avanço do PDM. Os Senhores, com certeza, descobriram muito tarde. E eu aproveito as suas palavras, aqueles que hoje andam a dizer isso, estiveram aqui nesta Assembleia, um ano, dois anos, quatro anos, cinco anos, seis e mais, nunca o disseram. Aí dou-lhe razão. São, a ser verdade, o que não é, mas isso eu direi pelo mesmo, têm que me dar o direito de utilizar os mesmos meios para esclarecer os municíipes, que são os jornais, eu direi porque não. E direi, claramente, que não é a Câmara, mas sim o seu Governo. O seu, actual, do actual Primeiro-Ministro, o do Durão Barroso foi efémero, mas, os dois juntos, já fazem quase os dez anos, o tal de António Guterres. Mas começando no anterior, que me lembro perfeitamente dos primeiros contactos que tive com o Dr. Isaltino. Eu tenho o histórico, companheiro. E dá-lo-ei à comunicação social. E, depois, sem qualquer análise politica, sem qualquer assombramento, não é ensombramento, qualquer assombramento, todos lêem o jornal e todos ficam esclarecidos. E todos ficam a saber quem é que fala verdade. Ou o Senhor acha-me com cara de estar aqui dez anos a ser responsável por uma obra. Ouça, acusam-me de ser responsável pela Reserva Ecológica. Há aí Instituições que até dizem que foram retirados cinquenta por cento de espaço ecológico. Foi pela Câmara Municipal de Anadia? Não foi. Foi por uma CCDR. Eles é que entenderam que era aquela e, portanto, está rubricado, está assinado. E o Senhor, não faça política assim demagógica, porque o Senhor até esteve na mão o documento, eu até lho mostrei. Portanto, a responsabilidade é daqueles que assinam e não se pode pôr em causa um documento - o Senhor não entende, pois não, isto são dez anos. São dez anos, é que é muito tempo, e vocês esquecem. Aproveitam é agora esta época de eleições, que é cômodo, para dizer, não se preocupe. Eu volto a referir, o meu partido está unido. Podem não estar as pessoas, mas de certeza que não trocar, na hora própria, aquilo que têm que fazer realmente. Eles vão fazê-lo. E não o farão, com certeza, em favor do Partido Socialista. Esteja tranquilo. Agora, é evidente. Falando de outros indivíduos que só agora vêm as coisas, eu não comento porque eles a mim não me disseram nada disso. Nunca se queixaram à Câmara Municipal que não tinham isto, ou não tinham aquilo. Está a perceber. Queixam-se agora. É bom queixar-se agora. O bom para eles. Para mim, nem é mau nem é bom. Eu não sou o responsável por isso. Eu não administro Juntas de Freguesia. Eu não administro o Partido Socialista. Eu administro a Câmara Municipal enquanto para isso tiver obrigação e direitos. É o que eu faço e assumo cabalmente todos os erros que cometo, com certeza que cometo vários, mas também me quero regozijar dos momentos em que nós



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conseguimos grandes obras e que o Senhor, ainda há bem pouco tempo, diria assim, o Senhor te o Velódromo, tem isto, mas foi o Partido Socialista. Óptimo. É porque o Partido Socialista, com tantas Câmaras neste País, isto é como quem vai lançar semente à terra, ninguém vai pôr aí uns grãos de semente, onde ela não germina, companheiro. E eles, o Partido Socialista, veio a Anadia, lançou a semente porque sabia que ela germinava. Aliás, vou lá segunda-feira, vou assinar mais um protocolo para mais uma obrazinha, enfim, oferecida, passo o termo, pelo Partido Socialista. Eles sabem que aqui que se faz. Esta é a grande diferença. Não acusem o Presidente da Câmara, não acusem divisões do partido. O partido vai-se entender. O partido é um partido de homens responsáveis, homens e mulheres responsáveis, vai-se entender. Não tenha dúvidas. E isto, para não ir mais além. Porque respostas a dar a essas notícias da comunicação social, se a comunicação social, e faço aqui um desafio também interessante à comunicação social, que escreva tudo o que eu digo, não escreva só aquilo que lhe interessa, a eles comunicação social, alguns. Ponho aqui a ressalva, alguns, que não são todos assim, que escreva também aquilo que eu gostaria que fosse dito, mas que eles, provavelmente, não agradarão a outros, escrevendo. Mas, de qualquer maneira, enfim, diga-se pouco ou muito, terão de dizer alguma coisa. A justificação, Senhor Doutor, verá, com certeza, que no próximo, ou noutro jornal a seguir, ela lá virá porque eu, a credibilidade que os jornais me têm são muitas, mas nunca servirá de tema para ser discutido nesta Assembleia. Muito Obrigado." -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Aidos (PSD), para concretizar a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: "Meus Senhores, boa tarde. Eu queria responder aqui à intervenção do Senhor Deputado do PS. Dizer, frontalmente, que nem eu, nem a Junta de Freguesia, não sou nem nunca serei oposição à Câmara Municipal de Anadia, nomeadamente ao Senhor Presidente. Agora, há coisas que eu tenho também que lhe dizer, que não andamos a reboque, nem do Senhor Presidente, nem da Câmara Municipal, como o Senhor Presidente acabou, também, de dizer, nós temos as nossas ideias, temos os nossos princípios e pomo-los em prática. Sem estar aqui, eventualmente, com receio de qualquer represália de quem quer que seja. Portanto, estamos perfeitamente à vontade, somos uma equipa. Por vezes não concordamos, mas isso é natural, temos que discordar, porque em qualquer família que não é ralhada não é governada, e isso acontece connosco, Juntas de Freguesia e com a Câmara Municipal de Anadia. De facto, eu não concordo com muitas coisas e acções do Senhor Presidente da Câmara, mas respeito-as e tenho que realmente concordar com o que a maioria e como que o Executivo, por vezes, decide. Mas também tenho que expor quando sou entrevistado aquilo e a realidade do que se passa na minha freguesia. E foi efectivamente isso que eu fiz, e faço, e farei quando for contactado pelos órgãos da comunicação social. O Senhor também não leu tudo porque eu também digo que a maioria das obras na minha freguesia nunca seriam possíveis se não houvesse a colaboração da Câmara, e do Senhor Presidente e do Executivo. Eu também lá digo isso. Agora, volto-lhe a dizer, oposição nunca, porque tenho aqui que reconhecer que, não sendo aquilo que eu efectivamente, grande parte das vezes, queria, porque queria muito mais e todos nós queremos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

muito mais, tenho que reconhecer, de qualquer maneira, que tenho sido apoiado pela Câmara Municipal, a freguesia de Sangalhos, e continua a ser, tenho a certeza disso. Agora, quando tiver que dizer publicamente determinadas situações com que não concordar, estou perfeitamente à vontade para o fazer. Isso não quer dizer que eu seja oposição. Somo equipa, como ta, temos que discutir determinados pontos e isso tem sido feito naturalmente em público e em particular. Mais, Senhor Doutor. Eu vou-lhe dizer aqui. Eu quando venho para aqui venho defender a minha freguesia. De facto, eu visto uma camisola que é do PSD, espero nunca a tirar, portanto, foi a única que eu vesti, é a única que eu sempre vestirei. Contudo, aqui visto uma, que é a da Junta de Freguesia de Sangalhos, ou seja, da freguesia de Sangalhos e da Câmara Municipal. Essas camisolas é que eu visto, em primeiro que a do PSD. Portanto, para mim, está primeiro essa e, como tal, ponho todos os interesses da Câmara e da minha freguesia em primeiro do que qualquer interesse partidário. Que fique bem claro. Portanto, permita-me não concordar com os parabéns que me queria dar, não os tem que dar porque eles não têm sustentação. E, para já, é o que eu queria dizer. Obrigado." -----

----- Posteriormente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU), que fez a seguinte intervenção, que se tenta transcrever na íntegra: "Em primeiro lugar os meus cumprimentos ao Senhor Presidente da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, comunicação social, Senhores membros da segurança empossados, e estimado público. Eu, antes de interrogar o Senhor Presidente da Câmara, gostaria de fazer uma pequenina intervenção. Penso que o Senhor da Câmara usou um mito de mentiras durante todo este seu mandato. E continua a mentir. O que me levou a pensar que o Senhor Presidente já não é o líder do nosso concelho. Nem, possivelmente, do seu partido. E como lhe disse, há um ano atrás, o Senhor Presidente deveria sair pela porta grande e, como neste momento está a ser submetido a um teste de resistência, sobre golpes de crise política e financeira da Câmara, mas para lutar contra essa crise, esta mesma Câmara precisa de consolidação política, fria e lúcida, com nervos de aço, força de vontade, decisão de profundo sentido de responsabilidade. O que lhe faltou. E faltará, com certeza, no futuro. Por isso, convido-o a meditar. E, como o Senhor diz que o partido está unido, ainda é hora de tomar essa decisão. E gostaria de lhe fazer, de momento, três perguntas. O Senhor Presidente disse, na recente visita de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, de visita à nossa cidade, que o Velódromo Nacional era de Sangalhos. E eu pergunto, o Senhor continua lá com um placar a dizer Velódromo Nacional do Município de Anadia. Volto-lhe a perguntar, é Velódromo Nacional de Sangalhos ou Município de Anadia? Também tenho em meu poder uma carta de vários atletas do concelho, da cidade de Anadia, que têm solicitado à Câmara, mais propriamente ao Senhor Presidente da Câmara, a chave, a cedência de um dos Pavilhões Gimnodesportivos da cidade de Anadia, o que lhe é recusado. Também agora esta pergunta é para o Senhor Presidente, para tomar providências. Existem várias casas aqui em ruína no nosso concelho. Uma delas, que a qualquer momento pode provocar um acidente grave, é na Rua do Lar Feliz para a Estação de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mogofores, em frente às Caves Solar das Francesas, casa essa que teve um incêndio há uns anos atrás. Neste momento, está completamente escancarada, não há nada que segure a parede que está paralela à estrada, por isso, a qualquer momento, pode-se dar ali uma situação muito grave. E, como o Senhor Presidente disse que a oposição não apresenta soluções, eu convido o Senhor Presidente da Câmara, a proceder, a interceptar perante os proprietários a demolição da casa, e se os proprietários se recusarem, ser a Câmara a proceder e enviar essa mesma despesa para cobrança aos proprietários, porque um dia poderá ser tarde e nós somos todos chamados à atenção. E como tal, uma vez que foram hoje empossados membros de segurança, eu peço para que eles visitem o concelho, elaborem um dossier a entregar na Câmara destas casas que, a qualquer momento, podem provocar acidentes e, depois, fica na memória de todos nós que somos responsáveis. Para já, é só. -----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), intervenção essa que se tenta transcrever na íntegra: "Eu registei as palavras do Senhor Presidente da Câmara, em réplica à minha intervenção anterior. Houve coisas que não percebi bem. Anotei que o Senhor Presidente da Câmara se referiu a um documento qualquer que eu terei tido, não sei o que é que seja que o Senhor me mostrou, não sei se percebo bem, não faço ideia nenhuma que documento é que o Senhor me mostrou sobre o PDM. Talvez tenha sido eu que tenha ouvido mal. De qualquer maneira, o que é importante que se diga é que nós sempre denunciámos aqui, desde o início, o secretismo em que o Senhor Presidente da Câmara, em particular, se rodeou na questão do PDM, deixando fora de qualquer conhecimento durante, pelo menos, dois anos, os Vereadores do PS, fora de qualquer intervenção e de qualquer conhecimento do conteúdo do PDM. Só de há um ano para cá, creio eu, é que o Senhor Presidente da Câmara informou que o PDM, afinal, estava disponível na Internet, depois de eu ter chamado a atenção que isso era uma prática corrente em certos Municípios, por exemplo, no Município de Lisboa, não fazia sentido todo esse secretismo. E, portanto, sempre denunciámos isso. Nunca nos comprometemos com o conteúdo do PDM. Sabemos que o concelho de Anadia está a ser prejudicado com todo este impasse e com todo este atraso. Mas isso não quer dizer que nós possamos comprometer-nos com um PDM que nunca foi explicado e que não foi aqui nunca explicado, como nós pedimos, que nós desconhecemos. Portanto, não podemos ser responsabilizados por uma valia duvidosa que esse PDM teve, que é da exclusiva responsabilidade da maioria do PSD. Portanto, também não percebi como é que o Senhor Presidente da Câmara disse que o PS acordou tarde para esta questão. Nós criticámo-la sempre, criticámo-la sempre, a sua atitude de secretismo, e criticámo-la a sua atitude de encenação, de rábula, de vítima, que afinal a culpa era do Governo, e nós nunca alinhámos nisso, porque passados tantos anos em que o Senhor teve que lidar com Governos, não só do PS, como da sua própria cor partidária do PSD, como é que continuava a insistir que a culpa era dos outros. Nós não alinhámos nessa encenação e, pelos vistos, é aquilo que os jornais afirmam. O Senhor anunciou que vai desmentir a notícia. Pois que desminta, ai explica-a, com certeza, da mesma forma, penso eu, que disse, pelos jornais.



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mas eu penso que não lhe ficava mal, aqui mesmo, nesta Assembleia Municipal, e digamos, numa Assembleia que é tão nobre do ponto de vista da política do concelho, o Senhor dizer aqui o que é que vai dizer nos jornais, em termos de explicação perante nós todos, porque é que a notícia não está correcta." -----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Veloso (PSD), que concluiu a participação que se tenta transcrever na íntegra: *"Senhor Presidente da Assembleia, muito boa tarde. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores membros da Assembleia. Estimado público. A intervenção do Dr. Cardoso Leal suscitou-me, no primeiro momento, uma ideia resultante do seu próprio partido. Há dificuldade, e eu comprehendo que há dificuldade nos últimos tempos, de os Senhores entenderem o diálogo e as discussões internas dos partidos. Porquê? Porque têm maiorias albanesas. Pronto. E a história do diálogo esgota-se aí. Nós, felizmente, ao contrário do referido, temos uma grande vitalidade interna, vitalidade interna que nos permite estar em permanente crítica interna, em permanente observação das ideias, em permanente rejuvenescimento e em permanente desejo de melhoria, com grande capacidade de acção, de intervenção e de mobilização. E isso assusta. Assusta quem tem maiorias albanesas, assusta quem não quer, nem admite, que outros façam críticas internas, de grande qualidade, de grande chamada de atenção. É o que surge internamente, dentro do nosso partido. Longe, portanto, está de estar esgotada qualquer limitação à nossa actividade. Bem pelo contrário. Estamos rejuvenescidos e capazes dos melhores confrontos, e das melhores unidades, e dos melhores resultados. Temos neste diálogo salutar e saudável estabelecido o melhor caminho para atingir, de facto, melhores planos. Agora, as diversas conjunturas, e o Senhor que foi governante, em particular, pertenceu a uma equipa governativa, sabe perfeitamente que as coisas têm os seus balanços. Sabe melhor que nós todos. Deveria ter essa justiça. As coisas não são lineares. Parecem lineares, mas são resultado de muito trabalho e de muitos pequenos passinhos. São impostos externamente, até. É o caso do PDM. Não é uma conclusão. É um processo longo e demorado, com erros de ambas as partes, com mudanças de técnicos de ambas as partes. Não estou a dizer se o erro é de um lado, se o erro é do outro. Não. É um processo lento, não é um processo fechado, bem pelo contrário. Nem linear. É um processo muito lento, muito demorado. Agora, fique com a certeza que nós não temos censura interna também, ao contrário do que se vai passando pelo País na governação justamente do seu partido, como responsável maior do partido do País. Tem havido a censura aí dos livros, tem havido a censura carnavalesca. Depois, dão o dito pelo não dito, mas tem vindo a cima. Nós não temos censura interna. Temos uma luta interna, grande, saudável, que faz parte da evolução dos próprios partidos e faz parte do progresso humano. E certamente na hora, no momento próprio nós estaremos unidos, fortes e capazes de apresentar um projecto sólido e válido para o concelho Muito obrigado."* -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), que completou a intervenção que se tenta transcrever na



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

íntegra: "Muito obrigado. Senhor Presidente da Assembleia. Senhores Secretários. Senhor Presidente da Câmara. Senhores Vereadores. Caros colegas da Assembleia. Comunicação social. Minhas Senhoras e meus Senhores. Só para dizer aqui duas ou três coisas. Uma delas é que a argumentação do Senhor Veloso, rebatendo um pouco aquilo que ele disse, falou de maiorias albanesas. Eu só pergunto uma coisa: há quantos anos está o PSD no Governo deste Município? Onde é que estão as maiorias albanesas? Primeiro ponto. Em segundo lugar, que estas coisas levam tempo, que estas coisas são complicadas – perfeitamente de acordo. Mas, o que é facto, e agora falando para o Senhor Presidente da Câmara, é que aquilo que nos foi dito sempre, e eu já cá estou há oito anos, já estou na segunda legislatura, passo a expressão, há oito anos que se fala no PDM e a responsabilidade foi sempre assacada ao Governo. Este Governo está há quatro anos no poder. Portanto, sempre Governo. É claro que, hipoteticamente, haverá uma responsabilidade, ou parte da responsabilidade do Governo do PSD, e alguma parte de responsabilidade do Governo do PS. Mas, pergunto, e a Câmara Municipal de Anadia? Não tem responsabilidade nenhuma? Será que apresentou um PDM dentro das regras que levasse os dois Governos e as Comissões Técnicas e quem tem que apreciar e decidir, que tenha sido devidamente apresentado? Ou foi apresentado com deficiências técnicas que levou a que fosse sucessivamente corrigido e exigido que fosse corrigido? Mas aqui, sempre foi dito publicamente de que a responsabilidade era do Governo, o Governo, o Governo, o Governo. Sai uma notícia no jornal, em resposta a um requerimento feito pelo Presidente desta Assembleia, nosso digníssimo Deputado da Nação, em que lhe é respondido que a culpa que é do Município e que não é do Governo. Por amor de Deus. Estamos aqui a discutir o quê? É do Município ou não é do Município? É, com certeza. Agora, o facto do PS, o PS sempre fez perguntas e sempre obteve a mesma resposta – a responsabilidade é do Governo. O PS para ter acesso ao PDM teve que escrever ao IGAT para que lhe fossem fornecidos elementos sobre o PDM de Anadia. E a resposta que obteve é que a Câmara tinha obrigação de dar essas respostas ao Partido Socialista. Isto há um ano e meio. Porque, até aí, foram feitas várias perguntas, vários pedidos ao Presidente da Câmara, e à Câmara, e nunca obtivemos resposta. E só a partir daí, e de um ofício que veio para a Câmara, é que a Câmara nos facultou informação. Esta é a verdade. Portanto, não vamos aqui mistificar as coisas, porque a verdade é esta. Agora, há razões, se o Governo, com certeza que o Governo terá alguma responsabilidade. Que a CCDR tem responsabilidade, com certeza. Porque não tem só o de Anadia para apreciar. Tem o de vários concelhos que pertencem à CCDR e que o de Anadia vai, com certeza, na ordem, e à medida que vai respondendo. Agora, se a Câmara de Anadia fosse célere nas respostas e na concretização das perguntas que lhe foram levantadas, com certeza que teria respostas mais rápidas. Portanto, meus Senhores e minhas Senhoras, vamos sair, isto é importante. Não vamos responsabilizar o Governo por tudo, nem a Câmara por tudo. Há responsabilidades de ambas as partes. Não tenho dúvidas nenhuma. Agora, as Câmaras têm obrigação de saber, porque está escrito na Lei, quais são as regras para a revisão dos PDM's. E a Câmara de Anadia, se calhar, quis ser mais papista que o Papa e introduziu alterações para o novo PDM que, se



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

calhar, não tinham cabimento. E foram recusadas. E, se calhar, não houve capacidade de diálogo, e isto é verdade, que eu tenho conhecimento, que o Senhor Presidente da Câmara, nós sabendo como ele é, que é pessoa que quer impor, porque está habituado a impor, e ali não impõe nada. Ali tem que se sujeitar às regras. E a determinada altura, acabou o diálogo. Não lhe permitiram mais diálogo, porque ele era uma pessoa impossível de se dialogar com ele. Portanto, meus caros amigos. Há responsabilidades técnicas e há responsabilidades, também, de relação das pessoas com as entidades que superintendem nestas coisas. Portanto, esta é a questão. Meus caros amigos. Que Anadia tem sido prejudicada? É verdade. Mas, há outra questão. É que não há memória, e quem está atento aos jornais e quem lê as notícias, não há nenhuma revisão de PDM que tenha levado menos de dez anos. Nenhuma, a nível nacional. Portanto, se a de Anadia tem dez anos, está dentro do timing. Tenho dito.” -----
----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado César Andrade (PSD), que encerrou a seguinte participação, que se tenta transcrever na íntegra: “*Muito boa tarde a todos. Eu apenas, não quero fazer nenhuma reclamação, só queria comunicar, para ficar registado em Assembleia. É que nós recebemos, na semana passada, um ofício do Ministério do Ambiente, sobre a declaração de impacte ambiental referente ao traçado da nova A32, o qual o nosso concelho foi escolhido, no nosso concelho foi escolhida a alternativa três, ou melhor, solução um, alternativa três. Esta alternativa, para a minha freguesia, é bastante preocupante, bastante penalizadora, pois, uma vez mais, a minha freguesia fica dividida, num espaço de setecentos metros, por duas grandes vias. Além de condicionar um pouco a construção, tem um grande impacto negativo nas Zonas Industriais, uma vez que há largas zonas, pelo menos são cem metros para cada lado, que ficam sem se poder construir. Também queria informar que enviámos ofícios para o Ministro do Ambiente e Ministro das Obras Públicas, a contestar este traçado, uma vez que era para nós o mais penalizado, tanto para Avelãs de Caminho como para o concelho de Anadia. Igualmente, mandarei, também, um ofício para conhecimento da Câmara Municipal. Só isto.”* -----
----- Antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às anteriores interpelações, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, uma vez que foi invocado, em termos de trabalho parlamentar, directamente, pelo Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), disse que pretendia precisar, contextualizar, e falar verdade. Assim, transmitiu que em nove de Janeiro, enquanto Deputado, apresentou um requerimento ao Governo para saber, concretamente, qual era o ponto da situação do PDM, o que disse ter feito num texto relativamente curto, através do qual tentou obter mais pormenores, de facto, de qual era o ponto da situação, sem qualquer juízo de valor, sem qualquer responsabilidade atribuída a alguma entidade. Continuando, informou que, entretanto, o Governo entendeu responder, no passado dia dezasseis de Fevereiro e, nessa resposta, que disse que ia passar a ler parte, - para que não ficassem dúvidas quanto ao que tinha sido a resposta do Governo, porque já tinham sido referidas coisas que não podiam ser ditas porque não correspondiam à verdade - o



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Governo respondeu em cinco folhas, sendo que a primeira era uma folha de rosto, com quatro parágrafos, no essencial, e depois, as restantes folhas referiam-se à explicação do procedimento de revisão do PDM de Anadia, desde Junho de noventa e oito até à actualidade. --

----- Então, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a primeira página para que não ficassem dúvidas relativamente à matéria, porque, referiu, se pessoas há que gostam de viver na confusão da informação, ou que gostam, porque lhes dá mais jeito, viver na desinformação, facto que apesar de tudo tinha que respeitar, mas nada como olhar para a resposta do Governo, através do Gabinete do Senhor Ministro do Ambiente, para que cada um tirasse as conclusões que bem entendesse: *"Em resposta ao peticionado, encarrega-me Sua Excelência, o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, de remeter a Vossa Excelência informação sobre o procedimento de revisão do Plano Director Municipal de Anadia. Como se constata da análise da informação anexa, a demora no decurso do procedimento de revisão do Plano Director Municipal de Anadia não é imputável aos serviços da Administração Central, nem aos procedimentos previstos na legislação. Aliás, este Governo tem-se empenhado na simplificação, transparência e celeridade dos processos de planeamento territorial. Acresce, como Vossa Excelência saberá, o Governo não aprova Planos Directores Municipais, sendo essa, uma competência exclusiva dos Municípios."* Mais referiu que o referido documento foi assinado pelo Chefe de Gabinete do Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (Senhor Luís Morbey). -----

----- Depois de ler a página de rosto da resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou-se disponível para facultar fotocópia do sobredito documento, adiantando, no entanto, que qualquer leitura lateral, qualquer leitura apressada dos jornais que não se situasse nas linhas e no contexto concreto do referido documento, tratar-se-iam de leituras pessoais que cada um pode e deve ter. Contudo, ressaltou que a verdade era o que estava escrito. De resto, e para que dúvidas não subsistissem, e também porque considerou que foi querido dar a entender que o subscritor do requerimento já tinha tomado uma posição, já se tinha desvinculado, já se tinha alijado de responsabilidades, declarou que tal era falso porque não tinha feito, à comunicação social, qualquer comentário à resposta do Governo, pelo que, qualquer leitura política, ou não política, sobre a matéria, estava a bater no mesmo ponto de sempre, não correspondia à verdade. Voltou, entretanto, a demonstrar-se disponível, se os GM assim o entendessem, a distribuir a resposta do Governo a todos os Senhores Deputados para que se ficasse a saber, concretamente, o que se tinha passado. -----

----- Feita a devida contextualização, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder aos Senhores Deputados, tendo efectuado a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: *"Exactamente porque o problema que aqui se discute, com mais intensidade, e que eu, à partida, verifico que até a própria comunicação social, isto também fazendo boa fé naqueles que falam sobre o assunto, é evidente que tenho aqui, de uma forma veemente, de, de certa maneira, não estar de acordo com esta forma, enfim, que parece, ou pelo menos devia ser independente, em*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

termos de análise deste tipo de notícias, porque, na verdade, vem deturpar e vem pôr em causa muita gente que anda aqui de boa fé, nomeadamente as pessoas do Partido Socialista. E vou começar, exactamente, por responder ao Senhor Acácio Maçãs, para lhe dizer, claramente, que este homem não é de diálogo. O Senhor, pelo amor de Deus, fale de si, do seu partido. Do Presidente da Câmara de Anadia não. Ele dialoga, se calhar, até demasiado, põe muito os trunfos que às vezes devia guardar para o fim até os põe no princípio, enfim, para obrigar os nossos adversários a outro malabarismo porque para o fim todos guardam e, às vezes, eu atiro-lhe aí uns no meio, enfim, para vos complicar as jogadas. Senhor Acácio. O Senhor disse, já foi muito mais longe que aquilo que diz os jornais. E é como digo, eu vou ter resposta para os jornais, até digo assim, eu respondo na comunicação social. Mas há aqui coisas que também não vinham na comunicação social e não podem ficar sem resposta. Porque o Senhor já diz aquilo que a comunicação social por acaso não disse. O Senhor já divide, aqui, a responsabilidade entre as Câmaras e o Governo. Óptimo. Já melhorou. Já está a procurar encontrar o caminho da verdade. Mas tem dificuldade, mesmo que o encontre, em seguir porque esse não é o vosso interesse, não é o seu interesse. Não quer ir à verdade, quer ir à confusão. E aqui não pode haver confusão. O Senhor fica a saber que na Região Centro, e é por isso que o Senhor diz, estava com medo de ser confrontado com isso, mas vai sê-lo na mesma, é que a CCDR do Centro ainda não tem um plano aprovado desde as revisões. Portanto, será a Câmara de Anadia, ou serão também as suas Câmaras, porque, que eu saiba, na Região Centro não há só Câmaras do PSD a rever PDM's, ou será, também, a sua Câmara, as suas, aquelas que estão ligadas, que enfermam dos tais defeitos que estão a dizer à Câmara. É que o Senhor não sabe que o Prof. Litério é um homem de diálogo e até dialoga com o seu Primeiro-Ministro. Embora, como o conheço muito bem, junto-me com ele várias vezes, o Senhor até terá um certo ciúme – claro que tem, não tenha dúvida, claro que tem, eu não tenho dúvidas – e, claramente, faço-lhe eu a pergunta que me faz aqui esta Assembleia, faço-lhe eu, Senhor Primeiro-Ministro, eu só tenho uma pergunta a fazer-lhe, olhe só tenho três perguntas a fazer-lhe, PDM, Nô da Auto-Estrada na A1 e o problema da contratação pública. Só estão estas três coisas, não quero perguntar mais nada. Até tenho obras a mais, porque é o que lá diz a oposição no meu concelho e até aqueles que me são fiéis, diz que eu estou a trabalhar demais. É o que dizem os jornais. Se calhar, não disseram nada disso, mas os jornais quiseram dizê-lo, e eu, por isso é que eu quero responder mais aos jornais do que às pessoas, porque eu continuo a acreditar nas pessoas. Ora bem. Sabe o que ele me disse? Ó Senhor Presidente, disse aquilo que está no documento, e estava ao meu lado, olhe: Eng.º Sócrates, Ministro do Ambiente, Presidente da Câmara de Águeda, que por acaso fazia anos nesse dia e foi dispensado, Litério Marques. Eu estava lado a lado. Eu servia de porta, sabe como é, sempre aparece o meu Vereador para me ajudar, numa reunião complicada, sempre passa um papelinho, é assim, na prática. Nós somos assim, práticos, mas também directos. Olhe, tem aqui uma achegazinha, dê-lhe também com esta. Dê-lhe tareia, eu gosto é de bater, como dizem lá eles, até dizem outros termos mais interessantes, o nosso adversário. É malhar, mas malhar, na minha terra,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

são as espigas, não se malham em pessoas, espigas de trigo, espigas de milho. Malhar em pessoas é grave, é bater-lhe, é massacrá-las, e eu não gosto desse termo. E o PS está habituado a bater um pouco nas pessoas e utiliza esse termo. Ora bem. E sabe qual foi a pergunta. É que estávamos lá, era uma mesa numa sala do Hotel Melia – pagou o Governo eu não paguei nada, que sejam esclarecidos – para, enfim, para que as Câmaras, cada um apresentar o seu problema. Eu só apresentei aqueles. Sabe o que é que me disse o Primeiro-Ministro, em termos de resposta. Eu queixei-me dumas coisas: Ó Senhor Presidente, você vai-me desculpar, eu tenho-o ouvido falar em tantas, o Senhor tem-me mandado tantas, é a primeira vez que eu não o ouço falar de saúde. Eu não lhe perguntei nada por aquilo, porque é que Eu às vezes também costumo fazer estas gincanas aqui para ver se, as tais enguias que há na política, há em todo o lado. E eu respondi, dá-me licença, Senhor Primeiro-Ministro, e ele deixou dizer uma palavra que eu normalmente dou aqui a vocês, portanto, autorizado devidamente pela e ele diz assim, e eu disse, olhe não digo nada porque não está aqui ninguém visado, não está cá a Senhora Ministra da Saúde, são as pessoas que aqui falta, a Ministra da Saúde e a Ministra da Educação, ao mais, aquilo do que é prometer coisas boas, obras, estradas e tal. Ouça, estavam lá os meus colegas todos, ou quase todos. Isso, naturalmente não gosto, digamos, de pôr em causa as pessoas que não estão cá. Não é momento para isso. Eu quero é isto. Sabe o que ele me respondeu de PDM, disse-me assim: olhe Senhor Presidente, o Senhor não tem o PDM porque não quer. Não quero? Então não quero porquê? O PDM é da responsabilidade hoje das Autarquias. Ai é, então passem o papelinho. O Ministro do Ambiente estava ao pé de mim, segredou com ele: ouça, mas estão dependente dos pareceres. E, depois, até disseram uma coisa interessante, disse lá, colegas meus, eu não ataquei ninguém, que a função pública que não funcionava, que os pareceres que não apareciam, e como não há pareceres que são vinculativos, não há PDM. E, então, se eles dessem às Câmaras, com certeza que o Presidente da Câmara seria acusado por outra coisa. Olha fez um PDM tão fácil que hoje até se pode construir no meio do Rio Cértima. Preso por ter cão e preso por não ter. Não estou nada preocupado. Estou simplesmente preocupado porque não tenho, da forma como faço, ou não faço, para mim, é pouco importante. O que eu lhe quero dizer é que são dez anos. Mas, olhe, foi o mandato todo de Guterres e é o mandato todo de Sócrates, só que já são dois, ou três, quase, ou três quartos de todo o período da revisão do PDM. É esses que temos de responsabilizar. E quando me dizem, e é isso que eu lamento. Eu até convidei membros do Partido Socialista para assistirem às reuniões das Comissões de Acompanhamento. Nunca lá foi nenhum. Até porque não iam lá fazer nada. Nem eu lá vou fazer nada. Eles é que sabem, é que mandam, são técnicos. E fizeram muito bem. Mas não se pode é trazer aqui para a praça pública a dizer que nós nunca demos isto ou aquilo. Não temos nada que dar. Agora, há aqui um problema que lhe quero dizer. E isto responde, também, ao Dr. Cardoso Leal. Repare, eu estive para iniciar a revisão, em termos práticos, estive quase três anos à espera que houvesse uma nova Reserva Ecológica, que foi feita por uma ilustre funcionária, nomeada pelo Partido Socialista para a CCDR, e hoje está num Departamento importante do Governo, que está lá



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para testemunhar. Eu vou convosco. Ela fez todo o trabalho, levou aquilo ao ponto, perímetros urbanos, de estar tudo autorizado. Só que, infelizmente, as coisas, na prática, são outras. Ela fez, mas há quem desfaça ou, pelo menos, quem não queira que se faça. E eu, é como digo. Um dia, vou à comunicação social e escrevo estas e outras coisas. Agora, até o documento, por aquilo que eu ouvi ler, é maquiavélico quando é tratado com um título como fez a comunicação social – a Câmara é a responsável. Ouça, a Câmara não é. A Câmara não tem responsabilidade no PDM. Quer o Governo que tenha, mas como infelizmente este Governo, o que eu não gostaria de fazer, diz que faz, que acontece, mas só diz que faz, ainda não vi nada feito, no combate à crise faz isto, faz aquilo, não está nada feito, e quando faz, diz em pleno, perante os meus colegas todos: Ó Senhor Presidente, ainda há pouco tempo lhe dei oito milhões de euros, para uma obra. E deu, vai dar. Mas sabe o que é que ele deu, já o contei aqui. Deu cinco porcento desses valores, porque quem me deu, quem me vai dar – espero que vá, porque foi aprovado e a CEE de certeza que não faz política, desenvolve a Europa com outra mentalidade, provavelmente – quem me dá os setenta porcento é a Europa. E Deus queira que não falhe, senão é uma chatice. Portanto, é para lhe dizer, muito simplesmente, o seguinte. Que o Governo faz regras e o jogo, quer dizer, é penalty a onze metros, o Governo resolveu – isto é um sentido figurado – resolveu que o penalty era marcado a cinco, e toca a andar, é assim. É o relatório ambiental, é isto ou aquilo. Tudo cria estas situações. Ouça, há incapacidade do Governo de pôr este País a trabalhar, de pôr este País na ordem. Esta é que é a verdade, e toda a gente o reconhece. O próprio Governo também. Só que, estamos num faz de conta e a crise há-de passar por ela, senão temos de ser nós a passar por ela, que é muito pior. Portanto, vou terminar porque eu acho que responder em termos de PDM é malhar sempre no molhado. A Câmara, e é isso que eu deixo uma questão ao Senhor Acácio, o Presidente da Câmara interessado em que o PDM não seja aprovado. Parece que é essa a ideia, não faço nada. Não, quis dizê-lo. César Andrade. Senhor César, já manifestou essa preocupação. Quero-lhe dizer que aguardo o seu documento, mas quero-lhe referir uma coisa. São situações bastante complicadas, porque, como sabe, até nem o estudo que a Câmara em Plenário, reunião aprovou, nem esse foi respeitado. Como sabe. Nós iremos também tomar uma posição, mas vamos habituando-nos à ideia que estas grandes vias têm de passar por algum lado e eles são, em última análise, aqueles que vão definir. No entanto, aconselho-o, e peço desculpa se aconselho mal, aconselho-o a não ficar calado, a lutar por isso, e se precisar da colaboração da Câmara também o faremos. Isto referindo-se à A32, solução três, ou por outra, alternativa três, solução um, não foi. Agora. Ao Senhor Veloso, estou inteiramente de acordo com ele. Deixem o PSD gerir os seus problemas. Deixem-no gerir. Se o gerir mal, bom para vocês. Se o gerir bem, pior para vocês. Eu estou convencido que os vamos gerir muitíssimo bem. Esteja tranquilo. Por isso, concordo inteiramente com aquilo que o Senhor Veloso diz. Agora, Senhor Morais. Eu quero-lhe dizer que eu, felizmente, ainda saio por qualquer porta e saio quando entender. Não estou a pensar engordar, nem que eu tenha que usar depuralinas, ou outras coisas assim semelhantes. Não me indique o caminho. Procure é arranjar um caminho, nem que seja



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estreitinho, para entrar nesta casa, no meu lugar. Faça isso, Senhor Morais. Eu só não votei em si. O Senhor também não vota em mim, como é lógico. Mas, ouça, seria uma boa oportunidade de desenvolvimento para o concelho de Anadia, não tenha dúvidas. Ao que o Senhor fala e ao que o Senhor sabe, acho que o concelho tem andado distraído. Não tem vindo a saber seleccionar aqueles que efectivamente têm capacidade para gerir isto. Agora, já não estranho que o Senhor esteja preocupado se se chama Velódromo Nacional de Sangalhos ou Velódromo Nacional de Sangalhos Anadia. Eu não sei o que é que o Senhor quer. Eu quero, e quis, e penso que todos os Sangalhenses, e para lhe referir uma coisa, os Sangalhenses podem ter muito orgulho da obra que têm, mas os outros Presidentes de Junta, que também têm ambições para a terra deles, provavelmente terão, desculpem o termo os outros Presidentes, um bocadinho de inveja por aquilo que se faz lá, porque quer queiramos, quer não, vem sempre criar algumas limitações ao desenvolvimento das outras freguesias. Tem havido solidariedade, percebeu. E, às vezes, nem sempre vejo isso da parte de alguns Sangalhenses, mal informados, ou mal intencionados. As chaves dos Pavilhões. Os nossos Pavilhões têm administração própria, dependente da Câmara. Quem tiver projectos válidos, quem tiver, naturalmente, representatividade associativa, nunca esta Câmara deixou de lhe patrocinar aquilo que tem e que lhe dará possibilidade de eles activarem a sua acção, seja cultural, social ou desportiva. As casas em ruínas. A Câmara tem vindo a fazer isso. Vistorias, comunicação. Só que lhe digo uma coisa. Aqui na Assembleia resolve-se tudo de uma palhetada. Diz-se qualquer coisa e faz-se. E é como dizia o Badaró, e o público aplaude e essas coisas todas. Sabe, porque aqui alguém, me chamou até artista. Eu acho que o Senhor Acácio quando disse que eu que fazia e tal, dava-me a ideia que estava-me a conotar com artistas. Há artistas na política, há artistas em tudo. Mas eu não quero fazer esse papel. Eu quero fazer o papel de Presidente da Câmara, enquanto puder fazer. Eu há coisas que, realmente, às vezes me deixam perplexo. E deixam-me perplexo porque, na verdade, eu nunca pensei que as pessoas chegavam aqui à Assembleia e diziam: Olha eu preciso desta estrada, ou devia ser, ou aquela casa deve de ir abaixo. Ouça, a Assembleia é um órgão, como sabem, de consulta. Não é executivo. E tem de se convencer, que também ela tem fracassos nessa consulta, nessa assessoria, passo o termo, no bom sentido, à Câmara Municipal. Porque, recomendar, ajudar a Câmara, lembrar a Câmara, são coisas altamente meritórias. Mas a realização é tão distante, e às vezes quase impossível, que eu peço desculpa, mas a maior parte das vezes esta Assembleia fica sem a resposta que lhe agradaria. Mas isso é próprio da política. Portanto, continue a dizer que a gente não cuida das casas e que somos responsáveis pelas casas que caem. É claro que não somos. Nós somos responsáveis por aquelas que, naturalmente, não têm dono, ou o dono é da Câmara e que não as temos, digamos, munidas da sua segurança que é preciso. Os outros, são sempre os proprietários. Por isso os notificamos. Mas eles, é o Tribunal, é isto, é não têm legitimidade para assinar, para aprovar. Senhor, é bom que diga assim, mas deixo-lhe uma recomendação, voltando ao princípio, nós estamos em democracia e o Senhor não vale a pena estar a pensar em mandar-me embora porque já fiz muito, ou porque estou cá há pouco tempo, ou há muito



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tempo. Isto é democracia, quem tem votos fica e quem não tem votos sai. Pronto. Porque é que o Senhor está aqui a descobrir uma coisa nova em democracia. Não existe isso. Só os votos é que nos põem e nos tiram, meu amigo. Portanto, esteja tranquilo, que eu irei combate-lo, eu pelo PSD e o Senhor pelo PC, ou CDU, como é que se chama lá a sua organização porque quem tenho muito respeito. E pelo Senhor também, claramente. Muito obrigado.” -----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), que completou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “*Eu só queria fazer uma pergunta e obter a respectiva resposta, que não é para o Senhor Presidente da Câmara, mas para o Senhor Presidente da Assembleia, face à explicação que deu sobre o documento que recebeu do Governo, ou do Ministério do Ambiente. Aqui a comunicação social acaba por ser, digamos que, apontada como responsável pela notícia, pelo título, como é lógico. Eu só pergunto uma coisa, o Senhor Presidente da Assembleia disponibilizou-se por nos facultar o documento, eu gostaria de saber, se é que é possível que o Senhor Presidente da Assembleia tenha conhecimento, como é que a comunicação social teve conhecimento da resposta ao seu requerimento, na qualidade de Deputado da nação. Depois, e caso a resposta vá no sentido daquilo que eu penso, que terá sido facultada pelo Senhor, eu só pergunto uma coisa: primeiro se foi dada uma cópia da resposta ao seu requerimento na íntegra à comunicação social; e, se foi, porque é que não foi dado primeiro conhecimento à Assembleia Municipal, e posteriormente à comunicação social, e porque é que só vai ser distribuído e informado os membros da Assembleia Municipal àqueles que solicitaram. É isto.*” -----

----- Em resposta à interpelação do Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por responder ao primeiro aspecto, sobre como terá chegado à comunicação social. Esclareceu que ele próprio fez distribuir o documento, como faz distribuir as suas intervenções e todas as suas diligências parlamentares, todas, sem excepção, acrescentou, inclusive as respostas, sendo certo que em alguns casos entende fazer comentários ou reacções às respostas do Governo, o que disse não ter sido o caso em apreço, porque se tratou, simplesmente, de uma forma liminar, do tipo “*em anexo segue resposta do Governo ao requerimento, pergunta tal*”. Quanto ao segundo aspecto, disse considerar que o Senhor Deputado estava a fazer uma confusão de dois planos, comentando que todos têm de saber actuar em cada plano. Assim, esclareceu que tinha actuado enquanto Deputado à Assembleia da República e não enquanto Presidente da Assembleia Municipal, pelo que, não teria, em momento algum, a não ser que lhe fosse solicitado, que distribuir o documento ou dá-lo previamente a alguém. Acrescentou, ainda, tratar-se de um relacionamento que existe, para aquele tipo de diligências entre Deputado da Nação e Governo, que pode limitar-se a essa esfera, ou, então, como em qualquer situação similar, é dado o conhecimento à comunicação social. -----

----- Dirigindo-se ainda ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que se viu obrigado a pôr à disposição e distribuir o documento



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na sessão da Assembleia Municipal, pelo simples facto de ter havido várias intervenções que não estavam a ser correctas, precisas e verdadeiras. E, perante isso, não era distribuir a quem o quisesse, era se os Grupos Municipais assim o entendessem e, como obteve consenso de todos os líderes, que são quem representa devidamente os Grupos Municipais, o documento foi distribuído e estava na posse dos Senhores Deputados. Portanto, sugeriu que não fosse feita confusão de planos, porque enquanto actuar na qualidade de Deputado da Nação, sendo certo que para o interesse, para o benefício do Município de Anadia, não fazia confusão de planos, tendo de se limitar a que, de facto, há um plano, que é o de Deputado, e há um outro plano que é o de Presidente da Assembleia Municipal. Adiantou, também, que se porventura o Senhor Deputado não tivesse invocado directamente o seu nome, e apesar de algumas alusões indirectas - o que disse não deixar de ser caricato, haver quem goste de falar no meio da neblina, mas sem nunca invocar nomes, que é de facto uma forma de estar na política, que respeitava, mas que não considerava uma postura cordata e correcta, porque quando há que atribuir alguma coisa a alguém deve ser dito o nome, com coragem, sem medo, com frontalidade, com transparência, para que nada fique a pairar no ar, para que não fique só no subliminar das pessoas - e se o Senhor Deputado não tivesse invocado o seu nome, porventura, nem se sentiria tão à vontade para fornecer o documento. -----

----- Assim, e para terminar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que até tinha de agradecer ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS) por ter tido essa frontalidade, de adiantar o nome de quem fez o documento e, sobretudo, e ainda que discordando de algumas coisas que o Senhor Deputado tinha acabado de dizer, tinha que, pelo menos, dar-lhe esse benefício de gratidão porque, de facto, tinha apresentado a questão, ela estava a ser discutida e o documento estava em posse dos Senhores Deputados. Pelo que, não podia deixar de lhe agradecer essa possibilidade, com frontalidade - até porque considera ser assim que todos devem estar na política - de ter contribuído para que o documento fosse disponibilizado aos Senhores Deputados, e novamente à comunicação social, o qual disse pensar que precisava os termos e trazia algo que era muito importante - trazia veracidade às coisas, o que era fundamental. -----

----- Seguidamente, e também para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU), que completou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: *"Ora bem é para exercer o direito de resposta e, ao mesmo tempo, interpelar novamente o Senhor Presidente da Câmara. Eu quando interroguem o Senhor Presidente da Câmara sobre os Pavilhões, foi porque me chegou uma carta, e explicando melhor, e o Senhor Presidente da Junta de Sangalhos pode comprová-lo, um grupo recém-criado em Anadia do Karaté dirigiu-se aos serviços desta Câmara para lhe cederem o Pavilhão junto ali ao éden, ou digamos, ao Cinema antigo. E a resposta que foi dada a um desses responsáveis do grupo foi que o Senhor Presidente não tinha gente disponível para tomar conta do Pavilhão a essa hora. E eu, como o Senhor Presidente quando diz que esse grupo teve de se recorrer das instalações em Sangalhos da Junta de Freguesia, onde praticam*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Karaté em conjunto com o grupo do Presidente do grupo de Sangalhos. E eu, então, como o Senhor Presidente diz que a gente não dá sugestões, eu como há tanto desemprego e infelizmente no nosso concelho os números elevaram-se para vinte e um porcento, em relação ao ano anterior, penso que pagar vinte porcento sob o valor do subsídio de desemprego, tínhamos a situação praticamente resolvida. Era recorrer ao Centro de Emprego e escolher, dentro dos elementos disponíveis, o mais válido. Primeira solução. Quanto às casas, eu não quero dizer que a Câmara seja obrigada a proceder, mas há uma lei que diz, o decreto-lei diz, tudo que ponha em perigo a vida de cidadãos, deve-se primeiro ser o proprietário, avisar o proprietário, e se o proprietário não proceder, será a Câmara a fazê-lo e remeter a factura para fazer a cobrança. É isto. Também sobre o PDM, se a memória não me é curta a mim e também ao Senhor Presidente da Câmara, isso está gravado, o Senhor Presidente da Câmara, e isto é uma realidade, temos que culpar Câmara e Governo. Eu sempre disse que a culpa era também do Governo. Eu sempre disse. E, eu pergunto, temos uma Zona Industrial no Paraimo. O Senhor Presidente afirmou aqui, há seis meses, perante esta Assembleia e perante mim, que ia, vinham aí uns dinheiros. O Senhor Presidente disse que iria proceder à ligação do saneamento e à iluminação da rotunda e sinalização. Eu, por acaso, quando recebi, à bocado aqui, o cheque das senhas de presença, uma das coisas que me chamou à atenção, memorizei logo a minha matemática, é que não me foi descontada aqui as placas de sinalização. Se calhar, ainda não chegou a factura. O Senhor Presidente já tem as placas para sinalizar a Zona Industrial no Paraimo. Não sei se tem. Agora é a Câmara que vai pagar. Se não tem dinheiro, desconta-me na próxima pagamento. Mas, ainda mais. Eu gostaria, também, de perguntar ao Senhor Presidente, está para ser instalada, aqui, no nosso concelho, um empreendimento industrial de biomassa. Já esteve para ser aqui junto ao Complexo Desportivo, esteve apontado para o Paraimo, esteve, ultimamente, ali para a Zona Industrial de Alféloas, chegaram a circular avisos. Eu pergunto: esse investimento, felizmente, já partiu para o outro mundo. É que se partiu, a gente também se governa sem esse investimento, não faz cá falta. E também gostaria de perguntar ao Senhor Presidente como é que estamos sobre o sector da saúde aqui no nosso concelho. É que isto está para ser entregue à Câmara e às Juntas de Freguesia parte importante da saúde e da educação e eu penso que a Junta de Freguesia de Sangalhos não tem dinheiro, não tem dinheiro para suportarmos o pagamento dessa despesa. É só." -----
----- Para um novo direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Aidos (PSD), direito de resposta esse que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Eu só quero esclarecer o Senhor João Moraes e dar conhecimento aos presentes. Portanto, a Junta de Freguesia de Sangalhos não tem conhecimento, nem recebeu qualquer carta de pedido de cedência ou tem conhecimento que a Câmara alguma vez tenha recusado o que quer que seja em termos de cedência de Pavilhões, sejam eles quais forem. Sempre que pedimos, solicitámos, fomos atendidos. Portanto, nunca houve qualquer recusa. E relativamente ao karaté de que, independentemente também ser praticante, faço parte dos órgãos sociais, começou por iniciativa de jovens, do mestre, e portanto, começou no*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

salão da Junta por iniciativa nossa. Portanto, não houve recusa nem tenho conhecimento de alguma vez ter havido alguma recusa de cedência da Câmara Municipal de Anadia na cedência de qualquer espaço ou salão. Obrigado.” -----

----- Para interpelar a Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD), interpelação que se tenta transcrever na íntegra: *“Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores membros da Câmara Municipal, colegas, comunicação social. Há aqui uma coisa que é esta e é evidente que estamos num regime democrático e toda a gente tem direito a exprimir as suas opiniões. Agora, há uma coisa que eu não percebo. Um direito de resposta, por exemplo, o caso do Senhor Acácio Maçãs, em que é o Senhor Presidente da Câmara que dá uma resposta e ele que no direito de resposta pergunta ao Senhor Presidente da Assembleia, alguma coisa, dentro da democracia, está mal. É assim. Salvo o devido respeito, queira, primeiro, que me esclarecesse o que é o direito de resposta. Agora, o Senhor Morais da CDU diz assim, quero exercer o direito de resposta, e põe-se para aqui a fazer pedidos de esclarecimento. Isto é para não gastar a segunda hipótese de intervenção. Portanto, salvo o devido respeito, o direito de resposta é para responder àquilo que foi dito, não é para estarem a acrescentar pontos, como aqui aconteceu. E, portanto, quero manifestar esta reclamação à Mesa porque sinto que o meu Grupo Municipal está a ser prejudicado nessa medida, porque estão a usar demais da palavra e estão a abusar da democracia. É só isto. Muito obrigado.” -----*

----- Na sequência da interpelação feita pelo Senhor Deputado António Silva (PSD), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que o direito de resposta, de facto, tinha sido exercido pelos Senhores Deputados, que aproveitaram o momento – três minutos – para, seguidamente, colocar algumas questões ou, então, fazer intervenção. Assim, e expressando a sua opinião com abrangência relativamente a essas questões, referiu que o direito de resposta tinha sido devidamente exercido, ainda que com uma malha larga. Em qualquer dos casos, informou, relativamente à questão levantada sobre o direito de resposta do Senhor Deputado João Morais (CDU), que o Senhor Deputado já não teria qualquer outra oportunidade de intervir, nem sob a forma de intervenção, nem sob a forma de direito de resposta, pelo simples facto de que já tinha esgotado o seu tempo. -----

----- Relativamente aos direitos de resposta à Mesa, referiu que tinha invocado directamente o Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), pelo que ao Senhor Deputado lhe assistia todo o direito, sendo também invocado, pela Mesa e pelo Presidente da Assembleia, em concreto, de reagir. Nem podia deixar de ser assim, acrescentou, ainda que pudesse não ter sido exercida no momento correcto, porquanto deveria ter sido imediatamente à sua intervenção. No entanto, reconheceu, também, ter partido da convicção que o Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS) iria exercer o direito de resposta relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, pelo que, quando entendeu ser para si, entendeu que não deveria retirar a palavra, porque para a boa condução dos trabalhos e para o bom esclarecimento da Assembleia, era importante que o Senhor Deputado terminasse o seu direito de resposta e que ele lhe pudesse esclarecer e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

responder. Nesse contexto, disse pensar que a Assembleia tinha ficado a ganhar com a forma de como os trabalhos tinham decorrido até então, salvo melhor opinião. Entretanto, e na sequência do pedido informal do Senhor Deputado António Silva (PSD) para uma nova interpelação à Mesa, não pode deixar de evidenciar que para quem estava sempre a exigir o bom andamento dos trabalhos, ia novamente fazer uma interpelação à Mesa. -----

----- Então, para uma nova interpelação à Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD), que se tenta transcrever na íntegra: *"Gostaria de saber como é que foi considerado este tempo, o uso da palavra por parte do Senhor Acácio Maçãs, se foi como resposta, ou se foi como intervenção. É isto só que eu quero que a Mesa esclareça."* -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em resposta, disse não haver qualquer dúvida perante o que tinha dito. Tinha concedido a palavra como direito de resposta e era assim que a Mesa iria considerar, sendo certo que, e a haver dúvidas sobre essa matéria, que o direito de resposta contava tempo, pelo que não poderia consubstanciar qualquer manobra de gastar tempo fora do tempo que tem. Aproveitou, assim, para esclarecer que o GM do PS já tinha gasto dezassete minutos dos seus dezoito minutos e tinha, seguidamente, a intervenção do Senhor Deputado José Carlos Coelho, a quem, de imediato, concedeu a palavra. -----

----- O Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), concluiu, de seguida, a intervenção que se passa a tentar transcrever a íntegra: *"Muito boa tarde a todos os presentes. Bom, eu vou voltar ao PDM. Não é que me agrade, antes pelo contrário. É um tema que já me aborrece. Mas nós temos aqui, e tivemos aqui, dados novos, enfim, que nos foram comunicados expressamente até pelo Senhor Presidente da Assembleia. Foi-nos dito, é-nos dito, e não está ainda desmentido, que o Governo não tem culpa na situação do PDM no concelho de Anadia. E como não foi desmentido, e também me parece que este Senhor Morbey não estará a mentir e, com certeza, conhecerá a Lei, e porque numa intervenção numa anterior reunião eu já tinha intervindo, já tinha trazido à colação o assunto do PDM, e o Senhor Presidente disse que o processo de revisão estava próximo da conclusão. Ora, em face disto, parece-me que me é lícito perguntar, enfim, fazer uma pergunta simples para uma resposta simples. Quando é que nós vamos deixar de falar do PDM nesta Assembleia, isto é, quando é que nós temos o processo do PDM concluído? Muito obrigado."* -----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD), a qual se tenta transcrever na íntegra: *"Para usar o direito de resposta é directamente para o Senhor Carlos Coelho. Eu ia-lhe dizer, eu gostava de lhe dirigir estas palavras, embora não seja o meu hábito, seja ao Grupo Municipal do PS, mas era mais concretamente para ele que iria deixar de se falar no PDM nesta sala quando o PS tivesse a coragem de se dirigir ao Governo e despachar o PDM, pedir para despachar o PDM. Seria nessa altura, precisamente, que iria, que se deixaria de falar do PDM. Mas, como diz o ilustre Deputado do PS, Augusto Santos Silva, como eles gostam muito de malhar nos outros, eu não gosto tanto de malhar porque, como diz o Senhor Professor, é, de facto, uma linguagem*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

muito forte. Porque se alguém tem de malhar, malhem lá no PS e entretenham-se, lá, com o Dr. Manuel Alegre, com esses todos, malhem lá neles e deixem os outros em paz. E o PDM, façam qualquer coisa para deixar de o citar aqui nesta Assembleia. É isso. Portanto, quanto ao Senhor Morais, embora não sendo direito de resposta, porquanto não me foi dado, pese embora a dita malha mosquiteira também já cá não está, já fugiu a malha mosquiteira, eu, de facto, uso óculos, mas tenho visto que a malha do PS, por isso é que eles andam sempre a malhar, uma é mosquiteira, outra é, se calhar, pesca, outra é, não sei de mais do quê, do PDM, das notícias, de tudo isso. E, portanto, para o Senhor Morais, por quem tenho muita estima, queria-lhe dizer que aqui não é o local próprio para nós fazermos comício político, pese embora haver alguma assistência e, essencialmente a comunicação social, pelos vistos, anda, sistematicamente, a deturpar e a pôr as notícias de quem bem lhe interessa, não sei se é como alguns casos que a gente tem conhecimento, que lhe pagam, inclusivamente, para as notícias virem nos termos em que pretendem. Muito obrigado, é só isso." -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo (PSD), que concluiu a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: "Muito boa tarde, a todos. À Assembleia, à Presidência, aos Vereadores, Senhor Presidente, caros colegas, comunicação social e público. Ainda sobre esta polémica do PDM vejo que os ânimos estão com certeza inflamados, o assunto é importante, e resta reter aqui o seguinte: qualquer pessoa que leia com um bocadinho de atenção a resposta que foi dada a um requerimento feito pelo nosso Presidente da Assembleia, irá notar os timings se realizaram os procedimentos. E o Governo bem pode dizer que a culpa não é do Governo, em si, do PDM não estar aprovado. Uma coisa é certa. Veja-se os timings em que a Câmara responde aos ofícios do Governo e os timings em que o Governo e a Administração Central, nomeadamente a DRAOT e, mais recentemente, a CCDR, responde aos ofícios da Câmara. Qualquer pessoa que veja os timings poderá dizer quem é que demora tempo nos procedimentos. Parece-me que este Governo, e o Governo anterior, só aprova projectos e é célere na aprovação de procedimentos quando isso lhe interessa. Temos o caso do Freeport aprová-lo. Quando interessa, facilmente se aprova tudo e é célere a resposta. E quando não há interesse nisso, atrasa-se as respostas, uma atrás da outra. Muito obrigado, era só." -----

----- Terminada a intervenção do Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que concluiu a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: "Senhor Presidente, já não me apetece muito discutir o mesmo e do mesmo. Mas, se calhar, com todo o respeito que me merecem as intervenções, se calhar não o devia fazer. Mas há realmente uma coisa que tenho que dizer sinceramente. Ainda há alguém que está atento a estas coisas, e falo da última intervenção. Imaginem. Está aqui, explícito, quando mandamos, quando eles respondem. Chegamos a estar um ano à espera para uma reunião com a Comissão Nacional da Reserva Ecológica. Por exemplo, este documento, meus amigos, para mim é realmente lamentável que um Governo responda desta maneira. Aqui no último ponto, eu não queira entrar por essa, mas tenho de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entrar porque agora já não está a comunicação social no convencimento que eu que lhe vou dar as dicas, se calhar não vou perder tempo. O último aqui diz assim: Por ofício de início de Janeiro de dois mil e nove, a Câmara Municipal remeteu à CCDR um conjunto de elementos, nomeadamente uma proposta de ordenamento, de Dezembro de dois mil e oito, e respectiva nota explicativa, estando neste momento a CCDR a proceder à sua análise. Isto foi em Dezembro, não foi em Janeiro. Mas eles manuseiam aquilo tudo. Isto é como eu chegar aqui à Câmara um documento, ali à mão do Cândido, que é da, como é que se chama aquilo, da secção de expediente, e aquilo andar por ali e só daqui a um mês – já tem acontecido – e só daqui a um mês é que chega a quem tem direito de despachar. É este o procedimento. Nós mandamos os ofícios com aviso de recepção e temos as provas. Quem tiver disso dúvidas chega à Câmara, perde-se muito mais tempo aqui a discutir o supérfluo, o desinteressante só para se fazer política, que é o local adequado para a fazer, estamos de acordo com isso. Mas não se vêem, eu por acaso olhei para este, podia olhar para outras coisas. Reparem aqui numa outra coisa, mas reparem aqui numa, de dois mil e quatro, de vinte e seis do dez de dois mil e quatro a catorze do dois de dois mil e cinco. Depois, doze do quatro a dois mil e cinco, estas são as tais documentações que nós, as únicas onde tivemos alguma rapidez. Porquê? Porque elas foram enviadas para um organismo acima da CCDR, porque quando vai para a CCDR, é esquecer. Eu disse, e ouvi do Senhor Primeiro-Ministro, isso e concordo, e essa é a resposta que eu dou rapidamente se qualquer, olhem dêem às Câmaras aquilo que eles dizem ter legislado. Sabe que eles legislam, mas não anulam legislação anterior e, portanto, aquilo é uma confusão. Quando eles disserem, claramente, que as Câmaras é que são responsáveis pelo PDM, eu faço o seguinte: dentro de um mês faço tudo e entrego aqui nesta Assembleia Municipal para análise com isso tudo e vocês, é que é a vocês que compete decidir sobre a aprovação, como sabe, e, então, aí sim, eu poderei dar uma resposta. Agora, não. Eu estou dependente dos outros, porque é que hei-de estar, dependente do Governo que se apressou a fazer. O próprio Ministro do Ambiente – eu sem rodeios, eu falo no nome das pessoas – o próprio Ministro do Ambiente sabe disso. Questionou o seu Chefe de Gabinete, na minha presença, e ele lá lhe foi dando as explicações porque é que aquilo não podia, se não era exequível. Aliás, como tantas outras leis. Portanto, meus amigos, circulam documentos, deturpa-se, interpretam-se à maneira, ao gosto de cada um, mas a verdade é que se este documento serve para dizer que a Câmara é responsável, depressa se desmonta, naturalmente, isto porque a responsabilidade vai inteirinha para o Governo, como eu disse, não há nenhuma Câmara, na Região Centro, que tenha o seu PDM revisto. Alguma coisa está mal. Poderão é outras Câmaras não ter problemas tão graves como o de Anadia. Mas, não vale nada a gente queixar-se porque eles depressa fazem as leis para seu próprio governo, seu, não do partido, seu deles, como, naturalmente, em contrapartida, demoram o tempo que lhe interessa para as leis que interessam ao País. Isto é que é lamentável. Não estou aqui a dizer que faz-se esta lei que ela não presta. Não, não tenho que classificar leis. Eu posso gostar delas, não é isso que eu discuto, que façam, que dêem, também, corpo a estas. E é por isso que eu não lhe posso responder, mas a minha vontade,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quer dizer, temos tudo feitinho: perímetros urbanos, desanexações, temos tudo, o próprio Ministério da Agricultura cedeu em todas as partes que tínhamos solicitado. Portanto, meus amigos, está nas mãos de lá. Só que as leis, não há nenhum advogado, nenhum jurista que dê um parecer para se atropelar, porque as leis, normalmente, são o que vocês, muitos juristas, sabem o que são. Estes problemas têm de ser discutidos sem paixão política, mas como uma necessidade urgente de o nosso País avançar, o nosso País avançar. Então não há uma disposição legal onde diz assim, o Senhor pode ampliar a sua casa, o Senhor pode fazer lá um anexo. Então, mas isto é assim tão difícil ao Estado legislar sobre isso. Passa um TGV, passa uma A32. Veja os quilómetros quadrados, hectares que ocupa em reservas ecológicas e leito de cheias. Não há nenhum problema. Para uma casinha, agora, veja o que é, para uma casinha, que já feita há problemas, quanto mais para fazer uma nova. Eu penso que não vale a pena eu estar aqui a discutir mais sobre PDM porque, realmente, isto está esgotado, para mim. Muito obrigado.” -----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD), que formalizou o que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Eu só queria fazer aqui uma pergunta ao GM do PS. Eles não vão precisar de responder. É tão simples quanto isto. Eu só gostaria de saber como é que o PS quer governar este concelho, ou o País, se não consegue governar dezoito minutos? Esclareçam-me. Quando me esclarecerem este ponto, eu até passo a votar ao vosso lado. Muito obrigado, era só isto.” -----

----- Não tendo havido mais pedidos de intervenções no período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o mesmo por terminado e deu entrada no período da ordem do dia, tendo passado a apresentar o ponto um da ordem do dia, “Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)”. Para fazer a apresentação do ponto, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que o fez da forma como se tenta transcrever. “Senhores Deputados, têm na vossa mão o documento que habitualmente vos fornecemos. Como eu venho dizendo, nunca reflecte exactamente toda a actividade, de forma minuciosa, da Câmara, mas, de certa maneira, aqui estão mais ou menos elencados a actividade da Câmara neste período. E, portanto, se me permitem utilizar esta forma de apresentação, eu diria que preferia que me, eventualmente, fizessem as perguntas adequadas, sob pena de estar aqui a perder, não, a discutir este tema durante muito tempo, porque aquilo que não tem discussão, provavelmente os próprios Senhores Deputados também assim o entendem, não quererão perder tempo com isso. De maneira que, deixava isto, se me permitisse, nestas condições.” -----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), que concluiu o que se tenta transcrever: “Senhor Presidente. Apenas uma pergunta relacionada com a ETAR de Mogofores. Ela está desactivada ou não está desactivada. É que eu continuo a ver, digamos assim, que há máquinas



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que funcionam, penso que é máquinas de oxigenação, ou coisa parecida, que está, digamos assim, em constante actividade. Por outro lado, as lagoas continuam, ainda, cheias de água. Não me parece que ela esteja, de facto, desactivada. E, já agora, apenas uma questão, que era a seguinte sobre os nossos dezoito minutos, eu penso que, para o PSD, nove realmente chegariam." -----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD), o que se tenta transcrever na íntegra: "Só queria esclarecer o Senhor Engenheiro Carlos Coelho. Efectivamente concordo consigo que nove minutos chegam porque nós somos muito mais concisos do que vocês e evitamos de andar a repetir as coisas e temos uma malha mais que mosquiteira. É só isso, muito obrigado." -----

----- Para responder à interpelação do Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que formalizou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: "Eu penso que isto já veio aqui à reunião de Câmara. Quero-lhe dizer uma coisa. Nós temos necessidade ali de uma pequena elevatória que faz a transposição dos efluentes daqui do lado de Anadia e Famalicão, que ficam logo abaixo da ETAR de Mogofores, e portanto, não podemos, ainda, exercer, digamos, a desactivação em termos de lamas, aquelas coisas todas. E, pontualmente, tem de se dirigir, para ali, umas vezes por necessidade do próprio sistema, outras vezes, também, para manter aquele lençol. E é provável, eu não lhe posso dar essa garantia, mas é provável que uma ou outra vez, veja a oxigenar todo aquele. É provável, eu não vou dizer, mas eu vou procurar saber e, entretanto, dir-lhe-ei alguma coisa. Mas sei que há essa, logo abaixo, ali quando atravessa, eu não sei bem o nome onde o Rio da Serra cruza com o Cértima, há ali uma necessidade que é um bocadinho de coiso, que eu acho que até andam neste momento a fazê-lo. Só que, como comprehende, no tempo que chove e tal, aquilo é uma zona alagadiça e é complicado. Mas é o único bocadinho. Mas já abaixo da ETAR que fará toda a transposição final para aquilo. E é natural que pontualmente isso aconteça." -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU), que fez a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Ora aqui sobre as actividades da Câmara durante este trimestre, eu gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara porque motivo os passeios em Sangalhos não avançam. E, uma vez mais, chamá-lo à atenção, onde terminaram aquilo está muito mal sinalizado, porque está lá um buraco grande ao pé de um estabelecimento comercial, o Senhor do estabelecimento já me chamou a atenção que a qualquer momento pode-se ali dar um acidente. Convém rectificar aquilo com mais segurança. Também aqui sobre as actividades aqui no Museu do Vinho da Bairrada, agora há quinze dias visitei uma exposição de uma artista de Águeda, portanto, aqui da nossa Região da Bairrada, que já tinha solicitado ao responsável pelo Museu do Vinho se podia, ou não, expor algumas obras dela. E foi-lhe criado uma série de dificuldades. Ela inclusivamente pediu se, ao menos, no corredor se lhe era possível ou não. E eu, transmitindo, disse-lhe que iria fazer esse pensamento dela, pedido dela, aqui numa



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

próxima Assembleia, e se era ou não possível. Não quer, a Senhora também não diz que seja já no imediato, mas, se dentro do prazo de um ano, se era ou não, possível ou não ela apresentar lá os seus trabalhos. Porque, penso que devemos dar prioridade, também, aos nossos artistas que identificam a nossa Região da Bairrada. Portanto, fica aqui um pedido de esclarecimento para eu, depois, poder transmitir. Pronto, para já é só isto." -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de seguida, concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques (PS), para fazer a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: "Muito boa tarde a todos os presentes. Uma pergunta para o Senhor Presidente, objectiva, e pedia-lhe, também, uma resposta precisa. Relativamente aqui ao Cineteatro de Anadia, recentemente inaugurado, pela nota aqui do Gabinete, vê-se que ainda está numa fase de vistorias e licenças de espectáculos. A questão que eu lhe coloco é se, não tendo todos os meios técnicos, humanos e, eventualmente, legais, relacionado aqui com as licenças, quando é que vai ter estes meios todos, uma vez que os cidadãos esperaram meses e meses pela abertura do Cineteatro, quanto tempo mais vão ter de esperar para poder usufruir a cem porcento ali da infra-estrutura. Muito obrigado." -----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado César Andrade (PSD), a qual se tenta transcrever na íntegra: "Eu apenas quero agradecer à Câmara Municipal pela colocação de iluminação pública em certas ruas onde já habitavam pessoas, mas que não havia iluminação pública, tais como a Rua do Parque Desportivo, dos Outeiros, da Mina. Neste momento, a única Rua que falta renovação é na Estrada Nacional nº 1, porque é uma Rua que talvez das mais movimentadas do País e tem uma iluminação um pouco fraca. Sei que a Câmara, logo que possível, que irá repor essa lacuna. E, entretanto, também queria informar que existem ruas em Avelãs de Caminho que o alcatrão está um pouco deteriorado agora por causa das chuvas, mas também sei que, ou tenho a certeza, que a Câmara, logo que possível, que irá reparar. Era só isto. Um agradecimento. Obrigado." -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra a Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), que concluiu a intervenção que se passa a tentar transcrever: "Era para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara sobre os terrenos que a Câmara adquiriu na Curia, mais exactamente na Ribeira da Curia. Estão todos cheios de silvas. Eu tenho lá prédios que limpei as regueiras e a Câmara içou de limpar, no ano seguinte, as mesmas regueiras, nunca as limpou e eu é que as tenho limpo, porque, senão, as silvas estão todas do meu lado. Gostaria de saber se o Senhor Presidente pode fazer algo no sentido de que aquele silveiro desapareça. Muito obrigado." -----

----- Para responder às interpelações dos Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que encerrou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: "Eu também vou ser rápido, porque, na verdade, aquilo que me perguntaram também tem respostas rápidas. Sobre os passeios em Sangalhos, quero-lhe dizer, suponho que termina hoje a audiência prévia. Está aí.



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Até está aqui escrito. Portanto, é uma obra que levámos a concurso e, naturalmente, que agora tem aquela tramitação de lei, tem de ter um contrato, tem de ter tudo para assim, e tem dinheiro, não se preocupe, que essa já tem dinheiro. O empreiteiro pode ir trabalhar para lá hoje e fazê-la o mais rápido possível que a gente recebe e, portanto, é uma obra para não andar para trás. Claro, agradeço, naturalmente, à Junta de Freguesia que pontualmente vá dando conta de algumas dificuldades que uma obra deste género às vezes pode apresentar, na questão de uma entrada para uma casa. Pronto, à Junta de Freguesia aí lhe compete, se possível, estar atenta a isso, ir colaborando com a Câmara. Quanto à exposição de obras dos nossos artistas, eu quero-lhe dizer que a política da Câmara tem sido, quando são os nossos artistas, nós ainda colaboramos na despesa. E, que eu saiba, todos têm sido atendidos. Agora, quero-lhe dizer que a obra onde mais pedem para expor, é naturalmente o Museu. Poderá, num futuro próximo, também ser o Cineteatro, também tem zona de exposição, mas que, efectivamente, não é adequada, como é a Biblioteca, não são adequados como o próprio Museu. Portanto, essa Senhora, enfim, que não desanime porque, na verdade, há uma programação que tem de ser respeitada, há contratos, há a duração, inclusivamente, das exposições, umas estão meio ano, outras estão um ano, outras um mês, outras estão oito dias. E, portanto, tudo isso depende, naturalmente, da vaga que tivermos para expor e não pôr lá uma exposição num cantinho. Isto, nós não menosprezamos nada. Nós queremos que as coisas sejam feitas com a dignidade que efectivamente, o facto de eventualmente ser uma pequena exposição, que não tenha um local digno para se expor. Nós estamos receptivos a isso e evitam de estar preocupados porque agradecemos, inclusivamente, que os nossos expositores nos contactem, nossos, do Município, não quer dizer que não atendamos, também, outros. Mas estes, em especial, nós temos um carinho especial por eles. Portanto, não vai ser, com certeza, esquecido e até digo pessoalmente, também venham ter connosco, nomeadamente com o Presidente da Câmara que eu estarei disponível para ajudar a facilitar, naturalmente, essas coisas. Senhor André Henriques. Eu quero-lhe dizer que o Cineteatro tem todas as condições legais, em termos de licença, para trabalhar. Teve vistoria, e quero-lhe dizer que a vistoria é uma coisa que é feita por Lisboa ou pelo IGAC, e eles vieram na véspera. E, se calhar, vieram porque o Senhor Presidente da República, enfim, não podia vir a uma obra que não estivesse. Está aqui o Senhor Comandante dos Bombeiros, esteve lá presente. Toda a gente sabe que nós não íamos abrir, porque esse foi o nosso grande problema, íamos abrir uma obra que não tivesse legalizada. Qual é, neste momento, o nosso único problema. Ainda não fizemos um acordo com a Lusomundo por causa do Cinema. O resto, vamos fazer, inclusivamente, um protocolo com a Sociedade Portuguesa de Autores, que o recebi aqui na semana passada, para ele próprio que até faz o favor de, a exemplo que outras casas do género têm, redigi e tal, e que me manda para cá para apreciação, porque, enfim, se não tivermos estes acordos, naturalmente que a manutenção de uma casa daquelas é realmente complicada. E, depois, mais isto. Não poderemos ser incluídos na rede, etc., tudo isto tem as suas voltas, a sua tramitação a dar e nós, neste momento, a única coisa que não conseguimos, ainda, porque isso também passa por



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma negociação financeira, mas também não vamos passar por cima desses porque esses são naturalmente hoje os primeiros, e principais fornecedores, na matéria de cinema, que é a Lusomundo, e são os únicos com quem falta naturalmente contactar. Penso que era, de certa maneira. Quando, não sei, isso depende deles. Foi-lhe feito o pedido, só teremos cinema quando houver acordo. Se não houver acordo, teremos cinema, mas, como comprehende, a empresas menos, ou menos credenciadas, ou credenciadas, também, que nos levam muito dinheiro. O nosso Cineteatro está preparado para responder e, portanto, vai responder, pelo menos, esse é o nosso desejo. Penso que respondi. O Senhor César. Ainda agora lá gastámos uma nota preta na iluminação pública. E, portanto, e lamento que, efectivamente, você ainda não tenha na Rua Principal a tal iluminação que deseja. Eu também desejo. Sabe que a pedir muitas vezes. Se calhar nem é tão cara, mas há lá um problema que se refere também ao afastamento dos postes e eles estão a estudar uma forma mais adequada, vêem-me dizendo isso, mais adequada de proceder a isso. Olhe, logo que isso esteja conseguido. Eu desejava ardenteamente na próxima reunião da Assembleia que você me dissesse, olhe dou-lhe os parabéns que isso já está. Mas não lhe posso prometer. Prometo é que estou a trabalhar nisso. Senhor Doutor. Ouça, nós comprámos muitos terrenos e aqui há duas situações. Está a falar na zona do campo de golfe, não é. Se as regueiras pertencerem ao domínio hídrico, nós, os confinantes, têm de pedir autorização, e sendo a Câmara também confinante, nós também penso que somos confinantes, têm de pedir autorização ao domínio hídrico para limpar. Sendo particular, como é lógico, tem de ser aos confinantes particulares. Se for alguma destas situações em que nós, eventualmente, sejamos capazes de fazer o serviço, nós temos feito em todo o lado e também fazemos lá. Então, não há problema nenhum. Diga-me, que eu mando lá o nosso encarregado ver o que é e ele vê a máquina adequada e fazemos limpeza. Não queremos prejudicar lá, tem vinha, ou qualquer coisa. Nós não queremos prejudicar. Muito obrigado. Penso que já disse o que tinha a dizer." -----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto um da ordem do dia, passando ao ponto dois da mesma "Apresentação, discussão e votação do pedido de autorização de contratação de um empréstimo a longo prazo, proposto pela Câmara Municipal, para financiamento dos investimentos "Velódromo Nacional de Sangalhos - Centro de Alto Rendimento - Anadia" e "Centro Escolar de Anadia", de acordo com o estabelecido na alínea d) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA", ao que, de imediato, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o tema, introdução que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Penso que as pessoas, nomeadamente os Senhores Deputados, que está toda a gente informado das formalidades que temos de ter para quando se faz um empréstimo. Primeiro temos de ter capacidade de endividamento e, depois, temos de ter um contacto com a Banca porque não podemos fazer um empréstimo sem uma consulta a três Bancos, cinco, nós até fizemos a sete. Pronto, é evidente que alguns, uns não têm capacidade, outros não querem, recebemos as respostas, que penso que está aí na documentação, e claro, depois do estudo devidamente



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

feito, claro, demos essa possibilidade, deu a Câmara Municipal, não foi o Presidente da Câmara, que se note, a que, naturalmente, e uma vez que a nossa capacidade de endividamento é suficiente, não tinha problema. Portanto, a Câmara não viu nenhum problema nisso, embora tenha, naturalmente, questionado o que é normal, enfim, os encargos e essas coisas todas, a Câmara acabou por aprovar, com os votos todos favoráveis, este empréstimo. Quero aqui dizer-vos, que um empréstimo deste tipo, nesta altura, é bom que a Câmara de Anadia possa fazê-lo, que tenha essa capacidade, porque eu duvido bastante que muitas Câmaras o possam fazer. Quando se falava aí na Zona Industrial do Paraimo, que tinha umas obrazitas, eu não minto. Não são umas obrazitas, são grandes obras que estão lá e estão felizmente já contratualizadas. Só que, mais uma vez, a CIRA, a Comunidade Intermunicipal, chama-se agora, antes era a GAMA, agora tem esse nome que vocês conhecem, aprovou isso tudo, mas, curiosamente, lá deixou mais uma vez, o Governo, lá um trincozinho de segurança e a gente pensava que podia pôr as obras todas a concurso e não podemos. Nós temos de abrir a conta lá na CCDR e eles é que dizem se podemos ou não podemos. Curiosamente, eu antes até tinha questionado alguém da CCDR a perguntar se podia pôr as obras a concurso. Pode sim Senhor. Também com o mesmo convencimento do Presidente da Câmara. E pus. Levaram isso a concurso na última reunião. Ora bem. A verdade é que levámos a obra a concurso, mas ela tem de ter o agreement da CCDR, quando a contratualização diz claramente que é dinheiro da Câmara. E, nessa contratualização, estão as obras na Zona Industrial do Paraimo, estão as obras na Zona Industrial de Vilarinho, estão as obras na 334, que foi a que abrimos concurso, ai a 334 ainda não está, andámos a vê-la agora há dias, o Senhor Armando presenciou isso, é a 619, esta que vai aqui da Cerâmica ao limite do concelho da Mealhada, passando aqui por Grada, pusemos essa também a concurso, que eu não estava cá, que eu faltéi à reunião. De maneira que essa estrada também tem dinheiro dos fundos comunitários, dinheiro que não nos foge porque temos direito a ele. Mas, atenção. A nossa Câmara tem capacidade financeira para esses vinte e cinco, ou trinta, ou trinta e cinco por cento, financiar. E aquelas Câmaras que não têm? Sem querer falar das outras Câmaras, houve um episódio passado com todos os Presidentes das Câmaras onde estava, portanto, o Governo em peso, quer dizer, gostei. Tenho de ser sincero. Gostei, ali só faltava a Ministra da Educação e da Saúde e o Mariano Gago. A da Saúde chegou até mais tarde, acabou por vir também. Gostei dali ver o Primeiro-Ministro, o Ministro da Economia, de ver, ai não estava o Ministro das Finanças, também de ver o Ministro das Obras Públicas, gostei de ver aquilo. Porque cada Presidente pode, ali, enfim, trocar uma palavra. Gostei de ver aquilo. Se aquilo tem alguma eficácia, ou não, isso o Governo o dirá, mas pelo menos dá-nos a possibilidade de contactar e apresentar directamente os problemas que muitos Presidentes de Câmara têm. E, então, vou contar um episódio, todos os Presidentes de Câmara ouviram. Não sei se estava lá a comunicação social, mas eles vêm sempre munidos de equipa, de alguém que transmita essas coisas. O Senhor Presidente da Câmara de Oliveira do Bairro tem oito pólos escolares, Centros Escolares. E pôs os Centros Escolares todos a concurso. E aquilo são catorze ou quinze milhões de euros. É muito dinheiro. Eu um dia, por acaso, fui fazer uma crónica, um



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

colóquio, a Oliveira do Bairro, a uma Escola de Oliveira do Bairro, e puseram-me o problema. E eu achei estranho pôr aquilo tudo a concurso. Mas calei-me. Calei-me, não, disse lá à Senhora do Departamento financeiro, mas olhe que vocês vão ter um grave problema em termos financeiros. Sabe o que é que acontece, eles não acreditaram. O Senhor Presidente da Câmara de Oliveira do Bairro, entre as muitas questões que tinha, reclamou ao Senhor Primeiro-Ministro que para os pólos escolares não tinha o dinheiro que devia ter. E explicou que tinha mandado esse pedido para o Tribunal de Contas, porque já está aprovado essas coisas todas, e que o Tribunal de Contas, dos catorze milhões ou quinze, não sei agora os números, não preciso, que só lhe deu dois, só lhe aprovou dois milhões. E eu com dois milhões não faço nada, e tal. O Primeiro-Ministro ouviu com atenção. Depois reclamei - lá argumentou doutra maneira - e diz que me dão quatro milhões. É claro. Lá lhe explicaram que aquilo que não é assim, porque os quatro, ou catorze, ou quinze a Câmara tem de ter, tem de lhos pagar, eles não lhos dão. O facto de não entrar na capacidade de endividamento é uma despesa que tem de ser amortizada, têm de ser pagos os juros, etc. E o Primeiro-Ministro sabe como é que reagiu? Achei muita piada e, se calhar, que eu às vezes também sou meio atravessado, ó Senhor Presidente, reclamei mais uma vez. Deram-lhe dois, depois passou para quatro, agora tem quatro, reclama, dão-lhe oito. Viu, o que é. Isto é preciso ter muito cuidado. Então, é por isso que eu digo, as obras que nós vamos fazer, e vamos fazer muitas, fazem-se até dois mil e doze ou treze, ou catorze, depende do tempo que o QREN funcionar, a verdade é que elas têm de ser acompanhadas através dos orçamentos, de compartimentação suficiente e devidamente sustentadas para ter direito ao dinheiro. Eles não o dão, embora no nosso caso foi a Caixa Geral de Depósitos que ganhou, mas a verdade é que ele só se pode levantar quando o Tribunal de Contas disser, der o agreement. Portanto, meus amigos, isto é para vos dizer o quê? Que aquilo que a muita gente pode pensar, então mas a Câmara de Anadia até te dinheiro - e temos, para o nosso dia-a-dia temos dinheiro, vamos pagando atempadamente aos nossos fornecedores. Mas vamos deixar de o ter se não tivermos nada que substitua a nossa participação nos Centros Escolares, nos Velódromos, e noutras obras comunitárias. Portanto, é por isso que alguém, então, e porquê agora? Porque as obras estão em andamento e se eu demoro algum tempo há ruptura com o empreiteiro, há ruptura com o fornecedor e isso, com a Câmara de Anadia, enquanto eu cá estiver, nunca. Esqueçam. Eu assumo os meus compromissos de forma integral e a Câmara com quem eu trabalho, viu isso, entendeu a explicação de tal maneira que até votou por unanimidade. Eu, esta é uma explicação que se me impõe dar e que, naturalmente, as condições, isso já são técnicas, porque é que foi este e não foi àquele, quanto é que vai. Isso, são situações que os técnicos dominam bem e que provavelmente vocês só quererão saber por uma questão de curiosidade e, nunca, por uma questão de dúvida." -----
----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), intervenção essa que se tenta transcrever na íntegra: "Eu quero intervir para, em nome do Partido Socialista, claro, para dizer ao Senhor Presidente da Câmara que o Partido Socialista que vota a favor desta proposta. Entendemos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que, sim Senhor, que a Câmara tem uma boa imagem de boa pagadora que a deve manter, que a participação que tem que ter nas obras que efectua tem que responder por elas, porque o dinheiro dos fundos comunitários é só uma parte e, para vir esse dinheiro, a Câmara tem que ter a sua quota parte e realizar a sua quota parte para vir o dinheiro dos fundos comunitários e, portanto, estas duas obras, são obras importantíssimas, que foram aprovadas por esta Assembleia e, aprovadas também pelo Partido Socialista, claro, e não podemos ter outra postura senão a de aprovar. Mas isto aqui, apesar disto tudo, e deste arrazoado, passe a expressão, eu queria fazer aqui uma pergunta ao Senhor Presidente e que tem a ver com algum património que a Câmara tem, investimentos que foram efectuados no imobiliário e que continuam aí, segundo eu penso, e era isso que eu gostava que me esclarecesse, sem ser rentabilizados. Quero-me referir, concretamente, ao edifício aqui da Praça Visconde Seabra, onde foi levantado onde era os antigos Serviços Municipalizados. A Câmara tem ali umas centenas de milhares de euros investidos, há vários anos, e eu gostava de saber, ou nós gostávamos de saber, qual é o ponto da situação desse edifício. O que é que foi vendido, o que é que falta vender, eu julgo que os apartamentos estão todos por vender, não sei se as lojas, ou não sabemos se as lojas foram todas vendidas, e se os apartamentos que estão por vender, qual é o montante que a Câmara, qual é a estimativa que a Câmara tem de realização do capital."

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu o Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS) para referir que, na sua opinião, a segunda parte da sua intervenção fugia, um pouco, ao tema central que era o empréstimo. -----

----- Retomando a palavra, o Senhor Deputado continuou: "Ó Senhor Presidente. Isto é um intróito porque eu depois quero concluir, e que tem a ver com o seguinte. É que está ali um imobilizado bastante elevado, que se a Câmara tivesse realizado capital, ou não tivesse feito o investimento, e não se tivesse substituído a empreiteiros, a elementos, a empresas da actividade imobiliária, se calhar, não teria necessidade de recorrer a um empréstimo tão elevado. Isto é. E ainda outra coisa. É que aquele prédio ultrapassou, bem mas isso são outras considerações, porque, se calhar, passou por atraso na construção e não cumprimento dos prazos estipulados no concurso público de construção da obra, se calhar passou a boa fase de poder comercializar. E uma coisa que podia ter vendido por vinte, hoje, se calhar, não consegue vender por doze ou por treze ou por catorze. Bom, mas de qualquer maneira fica a pergunta que é a mais importante, o resto são considerações." -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU), que concluiu o que a seguir se tenta transcrever na íntegra: "Eu gostaria que o Senhor Presidente quando avançou com a obra do Velódromo, libertou o empréstimo que estava na Caixa Geral de Depósitos, não é verdade, para avançar com as obras. Quando foi no fecho das contas há um ano atrás. Acontece que, agora, o Senhor está a fazer aqui um empréstimo por vinte anos. Sendo este empréstimo para garantir pagamentos do Velódromo, e do arranque do Centro Escolar, sendo o mesmo subsidiado pelo



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Governo, que já recebeu uma tranche, um milhão, salvo erro, e qualquer coisa, quinhentos mil euros, não é verdade, tendo a Câmara uma situação financeira estável, que à partida não duvidamos. Mas há aqui uma coisa que me preocupa, é que diz assim, outras condições que as Instituições Financeiras estão a exigir, consignação das receitas provenientes do Orçamento Geral do Estado. Portanto, a banca, quando vier as tranches do Orçamento Geral do Estado cativa logo aqui uma parte. Outra aqui, o BPI pede aqui consignação das receitas municipais. Portanto, a posição da CDU é neste momento, não inviabilizar o empréstimo, mas também não viabilizamos. A nossa posição é de abstenção porque pensamos que este empréstimo deveria ser posto à discussão após o encerramento das contas de dois mil e oito. No encerramento das contas, na apresentação das contas de dois mil e oito é que nós, sem dúvida, estaríamos com mais clarificação. Portanto, para não votarmos contra, vamo-nos abster, é a nossa posição. Vamos estar atentos depois à aprovação das contas de dois mil e oito. E é tudo." -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado José Veloso (PSD), o qual concluiu a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: *"A matéria em apreço, merece, por parte do PPD-PSD, uma assunção da boa postura em termos políticos. E nós temos que ficar, todos nós do Município, temos que ficar felizes porque é raro que um órgão de cariz político assuma com nobreza as suas contas. Rare é este exemplo. E, portanto, há um reconhecimento, e isto resulta porque há um reconhecimento de obra feita, ainda que tudo pudesse ser diferente, por imperativos quer da parte do espaço dos concursos, quer dos tempos que se adivinham pouco agradáveis, as obrigações assumidas têm que ser cumpridas. E para que haja uma manutenção saudável da parte orçamental do Município, este impele que seja feito este pedido de empréstimo, com as cautelas devidas, é evidente, e com as ponderações devidas. Daí, a consulta alargada que foi feita, e ponderado tudo e perante a feitura de um Centro Escolar e etc., coisas de superior importância, não só para o concelho, porquanto se cria alguém educacionalmente, ou quando se oferecem as condições, está-se a colocar, a elevar as condições do cidadão e, portanto, do País que ele integra. Daí que, o PSD, naturalmente, aprove este pedido de empréstimo, ainda que tudo pudesse ser diferente e os tempos pudesse ser um pouco diferentes. Porém, a exigência é a assunção da sua postura, em termos raros, nós devemos sublinhar essa raridade, da assunção das contas, porque há outros governantes que não o fazem e remetem sempre isso para posteriores calendas. Muito obrigado."* -----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: *"Entende o CDS-PP que, pelo momento de crise que o País atravessa, pela sua conjuntura social e económica, que a Câmara está de parabéns. Está de parabéns, primeiro, porque na proposta que recebeu de, salvo erro, sete entidades bancárias, todas elas se prontificaram a ceder o empréstimo à Câmara. Não foram sete. Foram pedidas sete, a Caixa de Crédito não cedeu e os outros com umas condições penso que exageradas. Também quero*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

salientar a escolha que foi feita. Foi uma opção correcta, certa. Daqui eu, em nome do CDS concordar e votar a favor do pedido de empréstimo. Muito obrigado." -----
----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: "Eu, de tudo aquilo que aqui foi dito, aliás, não esperaria outra coisa, mas quero aqui que as pessoas fiquem, também, a saber da verdade dos factos. Pode haver aí alguém, e o discurso do Senhor João Moraes parece que aponta para isso. Pode não ser. Ele que sabe, queria que eu em Abril, quando apresentasse as contas, enfim, que começasse a pensar no empréstimo. Eu, em Abril, tenho de o meter é nas contas, sob pena de ter de fazer, lá mais à frente, uma revisão orçamental. E, mesmo assim, isto é para deixar o Senhor João Moraes tranquilo, e mesmo assim o dinheiro não se pede hoje e tem-se cá amanhã. Provavelmente, será lá bem para o fim do ano. O que é que representa tratá-lo neste momento. É a certeza que vamos poder assumir os nossos contratos, na parte financeira, atempadamente, porque também as obras, à exceção do Velódromo, as obras ainda não começaram. Até ao dia oito vão começar os pólos. E tem outras por aí. Pronto. Mas atenção. Parece que se fala de coisas estranhas. Nós não hipotecámos nada, mas cativamos. Mas, como é que hei-de dizer, mas ficaria pendente tudo aquilo que eles dizem, os chamados fundos de equilíbrio financeiro, porque é nessa base que eles nos emprestam. Fazem as contas: ora bem, eles recebem tanto, podem ter uma despesa até tanto. É assim que se calcula o endividamento de uma Autarquia. Eles não devem, se não devem, não estão a pagar nada por isto ou por aquilo, ou têm encargos de tanto, agora este empréstimo vai-lhes dar tanto e, portanto, eles não podem pedir mais que isto. Portanto, quando se fala dessas receitas que vêm directamente da conta geral do Estado, é evidente, é na base dessas receitas que eles fazem as contas e, sim senhor, olhe pede um milhão, ou dois ou três, peça dez, ou vinte, porque as entidades até aqui não tiveram dificuldade em oferecer, inclusivamente, o dinheiro. Se repararam, o spread que hoje pagamos é mais elevado do que o que havia há um ano atrás, por exemplo. Há deles que chegaram a cinco de spread. Das duas uma: ou não queriam emprestar, ou estavam convencidos que ninguém vinha e que lhe podia calhar o totoloto. Estão todos a jogar, e concordo com o Senhor Cavadas, estão todos a jogar um pouco no escuro. A Câmara ainda teve sorte de ter, naturalmente, apesar de não ser o melhor que já se praticou, a verdade é que estamos em tempo de crise, ainda teve sorte de ter uma entidade financeira que tem confiança na Câmara de Anadia e lhe deu por esse preço. Portanto, eu não quero aqui, de maneira nenhuma, estar aqui com qualquer tipo de conversa em termos de aproveitamento. O empréstimo que da outra vez fizemos e que há um ano a esta parte, um ano e tal, nós mobilizámos, foi precisamente para fazer face a despesas de tesouraria, para que a gente não falhasse. Olha, agora não tenho dinheiro, e depois dizem assim, então o Senhor não paga e tem ali ainda quatrocentos mil contos no banco de uma conta. Não, tive de ir buscá-los, porque eles estavam aprovados, eram nossos, para poder financiar os nossos fornecedores, pagando-lhe aquilo que eles fizeram. Só que gastou-se. Chegou-se a um ponto. Eu daqui a três ou quatro meses não teria um tostão para pagar estas



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

obras que, à partida, começam logo no primeiro auto, começam logo a facturar o mais que puderem. Portanto, esta compreensão via-a no Partido Socialista, via-a em toda a gente, no meu partido, no PSD, via-a na própria Câmara, e não é que eu esteja triste por não ter unanimidade na votação, não. Isto na democracia é isto mesmo. Mas, os argumentos que se invocam é a velha história, porquê agora e não há-de ser daqui a três ou quatro meses. É uma questão de gestão. Quem sabe, se é o Partido Socialista que vai gerir a Câmara daqui a meio ano, ou mais, ou são outros. É evidente. De certeza absoluta que não se gasta um milhão de contos, assim. Olha, felizes os que cá ficam porque têm dinheiro para continuar a gerir. Penso que foi dito algures, acho que foi pelo Acácio, que era a manutenção de um estado de coisas que orgulhava o nosso Município. Pagamos atempadamente. E eu acho que esta é a frase, embora esteja muitas vezes em confronto comigo, ouça, quando eu, cá estou. Acho que é assim. Não estou a pedir dinheiro para a Câmara usufruir disto ou daquilo, ou para, até porque as obras estão lançadas, não estamos a imaginar obras. Portanto, há também uma responsabilidade da vossa parte. Também não é, isto é fora de tempo, eu voto contra. Também não é assim. Pode ser, porque as pessoas são livres, mas no bom momento tem de se pensar: quem é que ganha com isto? É o Município? É sim senhor. Então, vamos votar. Aliás, quem eu agora se neste momento estar aqui armado em louco a endividar - aliás, o Tribunal de Contas não o deixaria nunca - o Município para ele amanhã não ter resposta. Penso que é esta a intenção e que as pessoas, pelo menos, por aquilo que eu vi, todos entenderam." -----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) que concluiu o que a seguir se passa a tentar transcrever na íntegra: "Senhor Presidente da Câmara. De qualquer maneira, registo que não respondeu a um desafio de esclarecimento feito pelo meu colega Acácio Maçãs. A questão foi pertinente, e é pertinente, porque, perante um empréstimo que é de vulto, e perante património que não está capitalizado, o meu colega perguntou até que ponto essa situação do património empurrado e que não está rentabilizado prejudicou, digamos, a manobra que a Câmara podia ter relativamente ao financiamento destes grandes empreendimentos. De qualquer maneira, eu aproveito a ocasião agora para comentar, brevemente, um pequeno, quase incidente, que este aqui a acontecer, que foi um quase acto de censura que o Presidente da Assembleia Municipal esteve para fazer à nossa intervenção, quando achou que nós não estávamos a falar dentro do ponto da agenda. Eu bem sei que isso foi feito com boa intenção, com a preocupação de conduzir formalmente bem os trabalhos. De qualquer maneira, digamos, quase que duvidou do nosso sentido de responsabilidade, porque uma coisa é sermos oposição, e que procuramos desenvolver com frontalidade, e outra coisa é o sentido de responsabilidade. Por isso mesmo, nós não temos qualquer dúvida em apoiar a Câmara nestes empreendimentos, tendo nós até, estamos à vontade porque opusemo-nos e demos o nosso voto contra o conjunto da Carta Educativa, mas isso não impede, por razões que nós apontamos expressamente e localmente, não impede que nós relativamente ao Centro Escolar de Anadia tenhamos uma posição que é de apoio, porque é visível a necessidade que há



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de resolver esse problema. É só essa lembrança que eu queria fazer. Penso que nem seria necessária. Nós somos um partido de convicções, nós somos pessoas de convicções, mas a essa ética de convicção sabemos juntar uma ética de responsabilidade. Mesmo quando estamos na oposição, nós sabemos distinguir as coisas. Fazemos uma oposição que é clara, que é frontal. Queremos ser alternativa, temos as nossas ambições, mas temos o sentido de responsabilidade. De nós, ninguém espere uma actuação que prejudique os interesses do concelho. Muito obrigado." -----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu, em resposta, refutar totalmente qualquer intervenção ou expressão do Senhor Deputado que fosse no sentido de censura. Acrescentou, então, que actos de censura eram aqueles que viam nos últimos tempos, em que existe polícia que entra em feiras do livro e que recolhe, sabe-se lá em que condições, livros porque há umas pequenas queixas, assim como outros exemplos de censura que poderia dar. Portanto, esclareceu ter todo o direito, e ser sua obrigação, entendendo que um Senhor Deputado, numa sua intervenção, se está a desviar do assunto, de alertá-lo para isso, sendo certo que, de facto, tinha havido um desvio, mas que o mesmo foi enquadrado, depois, no raciocínio final. Não deixou de reconhecer, então, que, de facto, porventura, teria sido desnecessária a sua interpelação. Não obstante, voltou a reforçar, para que ficasse esclarecido, que sempre que houvesse algum Senhor Deputado que se desviasse do assunto em discussão, era sua obrigação, no momento, saber se, de facto, ele queria voltar ao assunto ou não. Ou, então, se tinha ou não cabimento, o que no caso reconheceu que tinha tido. No entanto, censura, disse que não deixava de ser uma expressão caricata. -----

----- De imediato, e para exercer o direito de resposta, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, que concluiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: *"Eu acho que fui suficientemente cuidadoso quando falei neste assunto, para não ofender. Porque eu falei em um quase acto de censura e disse que é enquadrado por uma boa intenção de conduzir bem os trabalhos. Portanto, eu fiz essa ressalva. Atenção. Eu... não tem objectivamente, a quem comprehende a sua reacção até lhe fica bem. Mas, objectivamente, se ponderar as palavras que eu lhe disse e que foram pensadas, compreenderá que eu não o ofendi, atenção. Eu não disse que o Senhor fez uma censura. Houve um quase, realmente. E aí, eu defendo, atenção. Nós queremos estar numa situação em que, exercendo a nossa oposição, não tenhamos, digamos, não haja justificação para alguém se sinta que tem que desviar ou que tem que nos mandar calar, porque nós temos sentido de responsabilidade. Mas, atenção, eu quando falei, eu pretendi ser justo consigo. Atenção."* -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a responder, na sequência do direito de resposta exercido pelo Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), para esclarecer que refutava a acusação do Senhor Deputado, que o Senhor Deputado tinha dito que não foi de censura, mas disse refutar a de quase censura, a de meia censura, ou a de qualquer palavra que fosse colocada sob o ponto de vista de censura. Declarou, então, que não fez, não fazia, apesar de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser muitas vezes acusado de ter uma malha larga, ainda que ele próprio goste de actuar dessa maneira, pelo que, o que o Senhor Deputado tinha dito era exactamente o oposto da crítica que recebia de outras bancadas. No entanto, não deixou de referir que quando algumas bancadas distintas acusavam a Mesa sob pontos de vista diferentes, era muito bom sinal, queira dizer que não havia censura. -----

----- De imediato, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS) para concluir a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: *"Eu peço desculpa. Mas eu julgo que aqui que há um tremendo equívoco na interpretação do termo. O termo censura não queria dizer censura no sentido de: pega num lápis e faz a cruz ou um x para, mas sim de crítica. Mas vamos àquilo que eu quero, que me leva a intervir. O Senhor Presidente da Câmara não respondeu à segunda parte da minha pergunta. Eu entendo que ele não tenha elementos aqui à mão para me poder fornecer, ou para poder referir, mas nós vamos apresentar um requerimento e aí já vai ter tempo para colher os elementos e, depois, poder responder. Agora, eu permito-me aqui, porque, pronto, foi a minha vida durante muitos anos e tenho obrigação de saber, porque me passaram pela mão alguns pedidos, propostas para fazer operações deste tipo para diversas Câmaras Municipais. E quando se fala em consignação de rendimentos, a consignação é apenas uma garantia, isto é, a Câmara, ou qualquer das Câmaras, se não cumprir com o contratado com a instituição de crédito, o Estado pode reter, das verbas que estão afectas à Câmara em determinado exercício, reter a quota-parte correspondente à amortização da dívida do capital. Portanto, é isto. Consignação não é hipoteca, não é penhora, não é nada. É apenas uma garantia. É só isto."* -----

----- Para uma intervenção final, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, intervenção essa que se passa a tentar transcrever na íntegra: *"Nós sabemos exactamente o que esses termos dizem, que eles estão na Lei. Cumprimos exactamente isso, porque essas transferências são a garantia na percentagem do pagamento do empréstimo, portanto, sem isso ninguém nos emprestava. As próprias instituições financeiras vão à procura disso dentro, portanto, dos serviços competentes da Direcção-Geral das Autarquias Locais, porque há documentação que nos é enviada, que nos atesta, naturalmente, a nossa capacidade de endividamento. Isso não tem problema nenhum. Bem. Mas eu quero-lhe dar uma resposta, porque naturalmente em termos financeiros não tenho aqui dados, nem tenho aqui os dados por quanto vendemos o que vendemos, nem tenho aqui dados por quanto pretendemos vender o que falta vender. Mas há uma coisa que tem que ficar aqui registada. O momento é de crise. Não é bom para a Câmara vender, mas, se vendesse, ainda era muito pior para aqueles que têm por aí tantas coisas. Nós não fazemos, não vamos fazer parte da concorrência. E mais. Se isso resultasse, digamos, nos viesse a evitar qualquer pedido, portanto, qualquer tipo de empréstimo, se calhar, teríamos recorrido a ele. Mas não é essa. Aquilo que lá está já é muito pouco. Porque nós temos, ou fizemos uma, como é que se chama isso, uma hasta pública e ela ficou vazia. Portanto, vocês ao pedirem-nos esse requerimento, como disse, o que vão receber como resposta é o valor que passou pela Câmara"*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da hasta pública a que foram sujeitos esses prédios que estão para vender. A Câmara entende que neste momento é má política de fazermos isso e, portanto, não o vai fazer. Que o façam outros. Eu, pessoalmente, entendo que é má política. É mais um intoxicar do mercado, é mais um problema de vender barato, naturalmente até comprado por investidores para ficar lá na mesma aquilo por ocupar e vender a outros. Há muitas coisas aí a ponderar. A Câmara de Anadia tem consciência do dinheiro que pode arrecadar ali e tem consciência que esse dinheiro pode ser um balãozito para o nosso orçamento, mas nunca uma solução para o nosso projecto." -----

----- Concluído o período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação do ponto dois da ordem do dia, decorrida a qual anunciou que o mesmo foi aprovado, por maioria, com trinta e dois votos a favor, uma abstenção e zero votos contra. -----

----- De imediato deu o ponto dois da ordem do dia por encerrado e informou o plenário de que tinha sido apresentada à Mesa uma proposta do GM do PSD a solicitar a aprovação em minuta do ponto dois da ordem do dia, tendo dado início à sua votação de seguida. Decorrida a votação da proposta do GM do PSD, anunciou que a mesma tinha sido aprovada, por unanimidade, com trinta e três votos a favor. -----

----- Dando por terminado o período da ordem do dia, deu entrada no período de intervenção do público, para o qual informou ter uma inscrição, do cidadão André Ferreira de Oliveira, a quem concedeu, de imediato, a palavra e que encerrou a intervenção que se tenta transcrever: *"Boa tarde a todos. Queria apenas colocar três questões rápidas. Desde já, saber, tendo em conta o estado do piso na entrada de Anadia, na Avenida 25 de Abril, se a intenção da Câmara é proceder a uma rápida reparação daquela via, ou se, pelo contrário, estará enquadrada no plano de reabilitação que foi apresentado. A mesma questão relativamente a uma outra estrada municipal, a que liga S. Mateus a Paredes do Bairro. A estrada no seu início foi arranjada no espaço de duzentos e cinquenta trezentos metros, o problema são os outros mil e duzentos, mil e trezentos quilómetros restantes, metros, perdão, que se encontram num péssimo estado. Saber, também, qual é o estado, neste momento, do saneamento na freguesia de Paredes do Bairro e, não estando em pleno funcionamento, qual a data prevista para que tal aconteça. Queria, também, chamar a atenção para, e certo é sabido, quer a Assembleia Municipal, quer o Município, que no dia dezoito de Fevereiro deste ano, foi aprovada a Lei 8/2009, instituiu o regime jurídico dos conselhos municipais da juventude. Este Município não tem. O diploma permite que os Municípios que não tenham nenhum em funcionamento, tenha um prazo de seis meses para adaptação do mesmo. E gostaria de exortar, quer o Município, na figura do Executivo, quer a Assembleia Municipal, e todas as bancadas parlamentares, que não fizessem a utilização plena deste período de adaptação de seis meses e, quanto antes, pudessem transformar o conselho municipal da juventude de Anadia numa realidade. Para esse efeito, gostaria de sensibilizar o Executivo a, tendo em conta o número de Associações aqui representadas, que contactasse cada uma delas, de forma a que, uma questão meramente simbólica, porque existe um Feriado Municipal, que será daqui a dois meses, penso que é um*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

período de tempo manifestamente suficiente, para que nesse dia, até por uma questão meramente simbólica, pudesse ter início de actividade o mesmo.” -----

----- No seguimento da intervenção do cidadão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder o que a seguir se tenta transcrever na íntegra: *“Eu já estou habituado, realmente, a ter de, enfim, ter aqui a representação, se calhar, popular, não sei como é que lhe hei-de chamar. Penso que fica mal colocado aqui, o Senhor Presidente da Junta de Paredes. Meu amigo, tantos problemas em Paredes, Senhor Presidente. O que é que o Senhor anda por lá a fazer, não vê nada disso. Depois, estas coisas, realmente, começam a... Conselho de Juventude. Nós sabemos, Senhor André. Nós recebemos as comunicações, portanto, em Diário da República, sabemos como é que havemos de fazer, e claro, nós temos de agir pela nossa cabeça. O Senhor pode propor tudo, mas não na Assembleia Municipal. Você vá junto daqueles... A Assembleia Municipal, o Executivo, recebe propostas, naturalmente, daqueles órgãos que estão investidos para o fazer. O Senhor, enfim, agora, mais tarde, vim a tomar conhecimento que o Senhor era um representante, enfim, do Partido Socialista. Acho que o Partido Socialista está aqui muito bem representado, trabalhe isso junto, se estou enganado, parece-me que às vezes dá ideia disso. Mas se estou enganado, peço desculpa. Admito isso. Agora, o Senhor como cidadão, para ter essa intervenção tão grande, eu aconselho-o, então, a encostar-se a algum partido, porque eles estão aqui devidamente representados e têm necessariamente de ser eles aqui a dar credibilidade às propostas. Eu não posso, e a própria Assembleia, mas eu falo da Câmara, não posso ultrapassar toda esta gente que está por aqui. Eles têm missão específica. E é nesse sentido que eu começo a ficar chocado com estas formas de se apresentar. Hoje o Senhor tem azar, não está cá, pelo menos, não vejo cá a comunicação social. De maneira que, já vai tendo, aqui já tem algum défice. Mas se é para isso, eu não sei, sinceramente não sei como é que lhe hei-de dizer. Não lhe posso responder a nada disto. Isto faz parte do nosso projecto, a execução de todas essas... É que o Senhor fica a saber, o que se passa em Paredes do Bairro, se calhar a Junta de Freguesia de Tamengos, a Junta de Freguesia de Óis do Bairro, a Junta de Mogofores, todas têm esses problemas e eles chegam, o emissário adequado, que é o Presidente da Junta, chega aqui junto de mim e solicita isso mesmo. Parece que o Senhor até dá a ideia que amanhã, se aparecer aquele troço de estrada resolvido, ou aquele saneamento ligado, ou qualquer coisa, até dá ideia que eu passei por cima de toda esta gente e que o estou a atender a si. Não, eu quero-lhe dizer que ouço com todo o prazer as suas comunicações, mas, como comprehende, em termos de execução, faço tábua rasa. O Senhor, se for na qualidade de cidadão, tem um problema que lhe diz respeito a si e apresenta-o. Agora, vir aqui falar, enfim, de localidades, que em organização democrática estão devidamente representadas, eu acho que é um exagero. Todavia, aqui fica o registo porque eu, de qualquer maneira, sabendo que está mal, agradeço, apesar de tudo, tudo isso e vou tomar em linha de conta uma resposta favorável, na medida do possível, àquilo que, no fundo, não sei se é reivindicação, se é recomendação, não sei o que é, pronto. De maneira que, peço desculpa, mas é assim.” -----*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Para voltar a intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao cidadão, que encerrou a participação que a seguir se tenta transcrever na íntegra: *"Só uma primeira precisão, e penso que já foi feito por um Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Eu não sou, sequer, militante do partido. Portanto, foi aqui feita separação. Mas, mesmo que o fosse, mesmo que o fosse. Não foram, não enxertei ninguém, coloquei uma questão que é lícita a todo e qualquer munícipe e penso que o Senhor Presidente da Câmara, como todos os Deputados, se sentem honrados quando há verdadeira participação. Porque ter uma Assembleia Municipal onde ninguém participe sem ser os Deputados da Assembleia Municipal não é bom, sequer, para a democracia local. Quanto à questão de se a obra aparecer feita, parece que passei por cima de alguém. Pelo contrário. Darei os parabéns ao Senhor Presidente porque efectivamente um problema foi solucionado. Como aliás já foi solucionado, ainda esta semana, um problema também existente na entrada de Anadia, de Famalicão para Anadia. E há que exortar também, da mesma forma que há que chamar a atenção para os factos negativos, há que chamar a atenção para os factos positivos. Este é um deles. Quanto ao facto de não compreender como é que um munícipe participe, na qualidade de munícipe todos podem participar e devem participar. E é óbvio que chamei a atenção e fiz referência a isso, é óbvio que a Câmara tem conhecimento, e a única coisa que eu fiz foi exortar, exortar no sentido de pedir que haja mais rápida agilização possível, tanto mais que é aos Deputados da Assembleia Municipal que cabe aprovar essa situação e estou certo que todos eles terão vontade de, é uma questão, é discutível, todos eles terão vontade, obviamente, de institucionalizar a situação o mais rapidamente possível."* -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que deu a resposta que a seguir se tenta transcrever na íntegra: *"Só uma intervenção rápida. Eu quero-lhe dizer que todos os cidadãos, a democracia deve ser participada, e todos os cidadãos têm o direito de vir à Câmara, mas apresentar efectivamente os seus problemas. Porque, com certeza, se todos os cidadãos deste concelho fossem tomar a atitude, eu de certeza que isto tinha de se fazer um grande aeróptero ou uma coisa extraordinária e fazer, digamos, ter aqui toda a gente e estar aqui de forma, e no tempo, de forma incomensurável. É por isso que a democracia actua nesta maneira. O povo escolheu os seus representantes e, que eu saiba, por enquanto, ainda não o escolheu a si, em especial, em Paredes do Bairro. Tenho essa certeza. Tenho ali um representante de Paredes do Bairro. Ele é que foi escolhido. Portanto, isto é para não chover mais no molhado. Respeito todos aqueles que colaboraram, quer escrevendo, quer falando, mas, sinceramente, há locais que eu considero, enfim, menos adequados para falar de coisas que, afinal, podem falar, mas que já é uma duplicação. Já cá está quem fale, porque se não está a falar, há eleições de quatro em quatro anos e ele amanhã não representou bem, será substituído. Muito obrigado, Senhor Presidente."* -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de intervenção do público e, de imediato, por encerrada a sessão ordinária



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do mês de Fevereiro, quando eram dezoito horas e vinte e quatro minutos, não sem antes agradecer a presença de todos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

O Presidente -

A Primeira Secretária -

O Segundo Secretário -
